

por sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central n ano 6 n nº 27

CRISE MUNDIAL

Novas regras para 'enquadrar' o sistema financeiro

FUNCIONALISMO PÚBLICO

**Remédio contra
a corrupção**

ENTREVISTA ARMÍNIO FRAGA

**"Estamos
caminhando para
mais regulação"**



Visite o Portal SINAL



www.sinal.org.br

CARTA DO CONSELHO

Ensinamentos da crise

E a crise financeira mundial continua. Todos nós sabemos como começou, mas poucos arriscam dizer quando vai acabar, ou mesmo se já chegamos ao fundo do poço. Se especular sobre a crise é inevitável, que seja em grande estilo e ouvindo quem conhece como ninguém não somente o mercado financeiro, mas também o próprio Banco Central, que presidiu no governo FHC. Armínio Fraga, o entrevistado desta edição, aborda de modo bastante abrangente a crise: a gênese, o impacto na economia real, as lições a tirar, o papel do BC e a reação do país. E profetiza: “Estamos caminhando para mais regulação.”

Acreditamos na profecia e decidimos aprofundar o tema na matéria “Novas regras para enquadrar o sistema financeiro”, que analisa as alternativas que se discute para prevenir os abusos oriundos da excessiva desregulamentação financeira, adotadas, sobretudo, na Europa e nos Estados Unidos, não por acaso epicentros do terremoto financeiro global.

A matéria “É possível mudar o BC!” relata a participação do Sinal no Fórum Social Mundial de Belém, um estrondoso sucesso, aliás, e destaca o resultado do esforço do Sinal em integrar o BC à sociedade. Pela primeira vez, o Banco participou do Fórum e criou um departamento dedicado à responsabilidade socioambiental. Ponto para a natureza!!!

Preocupado com a saúde financeira dos seus filiados, o Sinal, em parceria com a

Unibacen, está organizando cursos com o objetivo de disseminar a educação financeira pessoal entre os servidores do BC que se endividaram nos últimos anos. É o que mostra a matéria “Sinal e Unibacen: proteção ao consumidor e cidadania”.

Quem quer a cobrança do “imposto sindical” no serviço público? Quem se beneficia? Como reverter o confisco anunciado? O artigo assinado pelo presidente do Sinal, David Falcão, intitulado “Contribuição sindical: a volta do confisco salarial e suas implicações no BC”, desvenda o mistério – e ele passa longe do Sinal, que se orgulha de ser custeado exclusivamente pela mensalidade paga de forma espontânea pelos filiados.

Será que existe um “Remédio contra a corrupção”? Talvez a erradicação da corrupção demande vários remédios em doses cavalares, mas um bom começo seria valorizar as carreiras públicas, desde a realização de concursos públicos até a remuneração adequada. Não se convenceu? Então leia a matéria.

As duas últimas matérias estão intimamente ligadas. “Tiro no BC, coração da ditadura” e “Companheiro José Carlos... presente!” contam histórias dos primórdios do Sinal, quando ser sindicalista era caso de polícia. Dedicamos esta edição a todos esses colegas que enfrentaram as maiores adversidades para ajudar a estabelecer o Estado de Direito que hoje gozamos e que construíram o Sinal. Parabéns Zé Carlos!!!

Conselho Nacional

Rio de Janeiro

Jarbas Athayde Guimarães Filho
João Marcus Monteiro
Julio Cesar Barros Madeira
Sérgio da Luz Belsito

Brasília

Paulo de Tarso Galarça Calovi
Auriel Eleutério Marques Júnior
Max Meira

São Paulo

Aparecido Francisco de Sales
Eduardo Stalin Silva
Paulo Lino Gonçalves

Belém

José Flávio Silva Corrêa

Belo Horizonte

Mauro Cattabriga de Barros
Mário Getúlio Vargas Etelvino

Curitiba

Ivonil Guimarães Dias de Carvalho
Luiz Carlos Alves de Freitas

Fortaleza

Ricardo Antonio Meireles Arruda

Porto Alegre

Alexandre Wehby

Recife

Clovis de Lima Barbosa Junior
David Falcão

Salvador

Juarez Bourbon Vilaça

Diretoria Executiva

Presidente: David Falcão
(Recife)

Diretor-secretário: Julio César Barros Madeira
(Rio de Janeiro)

Diretora-financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho
(Curitiba)

Diretor de Assuntos Jurídicos: Luiz Carlos Alves de Freitas
(Curitiba)

Diretor de Comunicações: Aparecido Francisco de Sales
(São Paulo)

Diretor de Relações Externas: Mário Getúlio Vargas Etelvino
(Belo Horizonte)

Diretor de Estudos Técnicos: Alexandre Wehby
(Porto Alegre)

Diretor de Assuntos Previdenciários: Sérgio da Luz Belsito
(Rio de Janeiro)

Diretor Extraordinário de Relações Intersindiais:
Paulo de Tarso Galarça Calovi (Brasília)

Por Sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários
do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, Aparecido Francisco de Sales, Daro Marcos Piffer,
David Falcão, Gustavo Diefenthaler, José Renato Ornelas, Sérgio
Eduardo Mendonça

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SCS Quadra 01 – Bloco G sala 401

Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900 – Brasília – DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti
(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcelos

Fotos: Divulgação Sinal

Arte: Maraca Design

Ilustrações: Cláudio Duarte

Fotolito e impressão: Ultra Set

Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos
artigos assinados.

SUMÁRIO



CRISE MUNDIAL

Novas regras para
'enquadrar' o
sistema financeiro

Página 6

CAPACITAÇÃO

Sinal e
Unibacen:
proteção ao
consumidor
e cidadania

Página 24



MEMÓRIA

Tiro no BC, o coração
da ditadura

Página 32

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2009

É possível mudar o BC!

Página 12

ENTREVISTA
ARMÍNIO FRAGA

“Estamos
caminhando
para mais
regulação”

Página 14



**FUNCIONALISMO
PÚBLICO**

Remédio contra
a corrupção

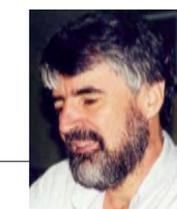
Página 28



PRATA DA CASA

Companheiro José
Carlos... presente!

Página 36



ARTIGO

David Falcão
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL: A VOLTA DO CONFISCO
SALARIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO BC..... Página 26

Novas regras para ‘enquadrar’ o sistema financeiro

PAULO VASCONCELLOS

Enquanto o mundo assiste estarrecido ao mergulho na incerteza de algumas potências econômicas e à pulverização do emprego em todos os cantos, a pergunta é: O que fazer para que o que vem acontecendo há três anos – e parece não ter fim – não mais se repita?

É um desafio que assombra as autoridades econômicas de tempos em tempos e sempre parece pegar todos de surpresa. O modelo atual de autorregulação, contemplado, de

alguma forma, no acordo de Basileia 2 – assinado em 2004 e baseado em três pilares e 25 princípios básicos sobre contabilidade e supervisão bancária –, revelou-se rapidamente defasado.

“Os defensores do sistema dizem que sua concepção era boa, mas nada resistiria a uma tsunami como esta, o que é falso”, afirma o professor Fernando Cardim, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “O acúmulo de desequilíbrios em um sistema no qual reguladores abdicaram de sua função tornou a

estrutura tão frágil, que mesmo uma marolinha seria capaz de derrubá-la.”

“A crise, originada em um segmento secundário do sistema financeiro (*subprime*), afetou basicamente os bancos de investimentos, e não tanto os bancos universais”, diz Fernando Ferrari Filho, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e presidente da Associação Keynesiana Brasileira. “O formato institucional dos mercados financeiros determinou a possibilidade de um ambiente propício à especulação – ou seja, a manutenção da riqueza sob a forma financeira.”

“O que a crise mostrou claramente foi a forte interseção dos mercados financeiros e de capitais e como a interconectividade das instituições e dos mercados regulamentados e não-regulamentados contribuiu para o surgimento e o agravamento dos problemas”, destaca o diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, Alexandre Tombini.

Debate esquenta

Há unanimidade entre economistas em torno da ideia de que falhas regu-

HÁ CONSENSO DE QUE O MODELO ATUAL DE AUTORREGULAÇÃO FRACASSOU NO MUNDO TODO. AS DIVERGÊNCIAS COMEÇAM, PORÉM, QUANDO SE DISCUTEM AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA TORNAR A SUPERVISÃO DA ATIVIDADE BANCÁRIA MAIS EFICIENTE

latórias estão no coração da crise que está levando o mundo ao limiar da depressão. O consenso é bem menor, entretanto, quando se trata de identificar quais seriam essas falhas regulatórias e como remediar a situação.

Pelo menos, três grupos de pensamento econômico estariam em disputa nesse debate. O primeiro, minoritário, defende a ideia de que sistemas financeiros são inerentemente estáveis e que a própria intervenção regulatória causou a crise. A saída estaria na chamada disciplina de mercado: libere-se tudo, remova-se qualquer rede de segurança e o mercado funcionará melhor. O segundo julga que o problema não é de estratégia, mas de calibragem dos modelos. Bastaria apertar parafusos e introduzir mudanças nos instrumentos, sem mudar sua natureza. Já o terceiro grupo considera que o problema está na tentativa de “privatizar” a regulação, transferindo às instituições financeiras, como faz Basileia, o papel de manter a estabilidade. Nesse caso, seria necessário mudar a estratégia de regulação.

O debate se trava em fóruns nacionais e in-

ternacionais em que o Brasil, por sua situação de relativa estabilidade, serve de exemplo. Um deles é formado por medalhões da economia. Foi batizado de Grupo dos 30 e reúne gente do calibre de Paul Volcker, ex-presidente do Federal Reserve (FED), o Banco Central dos Estados Unidos, e de Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central do Brasil (leia entrevista na página 14).

O pacote do Grupo dos 30 propõe 18 normas regulatórias para o sistema financeiro. Em termos genéricos, as medidas vão ao encontro da ideia de que os sistemas financeiros, ao mesmo tempo em que podem ajudar a potencializar o crescimento, são inevitavelmente instáveis, devido a problemas de assimetria de informações e à instabilidade intrínseca ao seu funcionamento.

“Mercados financeiros desregulamentados e inovações financeiras (*securities* e

derivativos, entre outras) tornam o crédito essencialmente elástico e sem controle”, diz Fernando Ferrari Filho. “Qualquer medida que faça com que os mercados sejam mais regulados e com que os Bancos Centrais exerçam mais poderes de fiscalização e de prestamistas de última instância é bem-vinda.”

“O problema é que as medidas não tocam no essencial: a propensão de mercados financeiros a ampliar a alavancagem quando vivem situações de prosperidade”, afirma Fernando Cardim. Segundo ele, é o crescimento da alavancagem que transforma estruturas relativamente seguras em outras incapazes de resistir ao menor



Como servir melhor ao país

A crise financeira internacional repôs na ordem do dia o debate sobre a autonomia do Banco Central. Ainda que o Brasil esteja em uma situação confortável em relação até mesmo às principais economias do mundo, o debate sobre a ampliação dos limites de atuação do BC encontra eco em importantes setores da sociedade.

A posição do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) é de que é preciso avançar e implantar a autonomia operacional legal do BC. Mais: é fundamental ampliar a missão do Banco, com a inclusão da preocupação com o desenvolvimento do país no combate à inflação, e aumentar o controle social sobre a instituição.

“Tivéssemos implantado a autonomia há mais tempo, as crises mais agudas nos períodos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, como a desastrosa administração do câmbio em 1999, depois da reeleição de FHC, e a apreensão causada pela vitória iminente de Lula, em 2002, poderiam ter sido muito menores e os custos financeiros mais modestos para o país”, defendeu o presidente do Sinal, Davi Falcão, em artigo na revista Carta Capital.

“O Banco Central do Brasil, infelizmente, é mais do que

autônomo: ele é não de direito, mas de fato independente”, enfatiza o economista Fernando Ferrari Filho, da UFRGS. “Ninguém se opõe à autonomia do Banco Central enquanto supervisor bancário. Mas a tese da autonomia não trata da função como regulador. Sou contrário à autonomia ou à independência do Banco Central na definição de política monetária”, afirma Fernando Cardim, da UFRJ.

O assunto já ganhou a defesa insuspeita do presidente da instituição. Embora em suas últimas manifestações tenha transferido a responsabilidade do debate sobre o tema para o Congresso, Henrique Meirelles, mais de uma vez, compareceu ao Senado para manifestar a convicção de que nos países em que o sistema foi adotado houve aumento das taxas de crescimento e queda das taxas de juros. “A autonomia do Banco Central não significa o direito de a instituição traçar políticas econômicas e pode representar um aumento da fiscalização da sociedade na instituição, já que os mandatos dos diretores deverão ser aprovados pelo Congresso”, disse Meirelles.

Desde o início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o Banco Central tem, de fato, goza-

do de autonomia operacional para atuar no sentido de atingir seus objetivos. A experiência, apesar das diversas crises econômicas desde 1994 e das recorrentes críticas à administração conservadora da taxa Selic pelo BC, pode ser classificada como positiva. A inflação foi controlada, a economia do país fortaleceu-se e ficou menos vulnerável aos choques externos.

Quando se fala em autonomia do Banco Central, o consenso geral é que a instituição deve ter liberdade para utilizar os instrumentos necessários para alcançar as metas de inflação estabelecidas pelo Poder Executivo através do Conselho Monetário Nacional (CMN). Mas esse é apenas um dos aspectos da autonomia.

“A discussão sobre autonomia só faz sentido se analisada em conjunto com todos os seus aspectos, ou seja, além da autonomia operacional, devemos discutir a ampliação da missão da instituição, o aumento do controle social sobre o Banco Central, a autonomia técnica dos funcionários e as autonomias orçamentária, administrativa e financeira”, defende Davi Falcão.

Para servir melhor ao país, o BC deveria garantir a estabilidade da moeda com desenvolvimento econômico e social, a solidez do sistema financeiro brasileiro e a proteção da economia popular.

A autonomia operacional com controle social seria a garantia de que o Banco não seria independente aos demais poderes da República. A meta de inflação continuaria a ser definida pelo CMN, cabendo ao Banco Central autonomia somente em relação dos mecanismos utilizados para alcançar essa meta. Os mandatos para os diretores e o presidente da instituição seriam coincidentes com o mandato do presidente da República, e o presidente do Banco Central deveria, semestralmente, dirigir-se ao Congresso Nacional para prestar contas de sua administração de uma maneira ampla.

Para que o Banco Central funcione realmente de maneira autônoma, deveria estar livre de qualquer tentativa externa de pressão ou coação – do governo ou do mercado financeiro. A contratação de funcionários deveria ser feita, exclusivamente, por concurso público. A quarentena para que alguém que trabalhou na instituição volte ao mercado deveria passar de quatro meses para um ano.

A autonomia administrativa, financeira e orçamentária seria essencial, porque de pouco adiantam o mandato fixo de dirigentes e a ausência de subordinação hierárquica se os recursos destinados ao custeio das despesas necessárias ao funcionamento da entidade estiverem sujeitos a ingerências de terceiros.

choque. “Não cabe a instituições privadas prevenir externalidades, e é disso que se trata quando se fala em crise sistêmica. O fenômeno do contágio é uma externalidade, e nenhum conjunto de estratégias individuais jamais será eficiente para evitá-lo, exceto, naturalmente, se coeficientes de capital subirem a 100%, ou se bancos forem proibidos de fazer empréstimos ou aplicações. Mas isso significaria desenhar estratégias de regulação financeira para Marte, não para o planeta Terra.”

“Não é possível elaborar receita que se aplique a todos os países”, argumenta Alexandre Tombini. “As recomendações são viáveis e servem de ponto de partida para as ações dos reguladores. O Brasil tem servido de parâmetro em nível internacional em diversos aspectos da organização e da regulamentação do sistema financeiro. Como exemplo, podemos citar a transparência dada às operações com derivativos, depósitos, aplicações de fundos e outros instrumentos com a exigência

de registro em sistemas especializados, que permitem supervisão bastante acurada pelo Banco Central.”

As lições da crise

O mais importante desse debate parecer ser a convicção de que o essencial não é criar sistemas que resistam a choques monumentais, mas criar, ou recriar, uma regulação que impeça os mercados financeiros de se tornarem tão frágeis que qualquer empurrão possa se tornar uma ameaça tão brutal.

Os economistas alertam que crises financeiras são sempre mais perigosas do que recessões comuns, porque acarretam destruição de riqueza em grande escala e exercem impacto profundo sobre o comportamento dos agentes privados. Segundo eles, não é preciso nenhuma previsão catastrofista para que se perceba a gravidade da situação ao se entrar no terceiro ano da crise americana. E as coisas não param de piorar.

Alguns defendem que não passa de clichê afirmar que crises são perigosas,

mas também representam oportunidades únicas para promover mudanças. Esses lembram que a crise que em 1930 levou ao New Deal, nos Estados Unidos, foi a mesma que possibilitou o surgimento do nazismo, na Alemanha.

“A crise mostra que a mão visível do Estado é fundamental para o funcionamento dos mercados e que repensar a reestruturação do sistema financeiro mundial, em que controle de capitais, regulação dos mercados financeiros, estabilização das taxas de juros e de

câmbio estejam em discussão, é imprescindível”, diz Fernando Ferrari Filho.

“Se um debate mais vigoroso não for levado ao público, por exemplo, é muito provável que tenhamos simplesmente uma Basileia 2 e 1/2, com coeficientes de capital um pouco mais altos, mais alguns parágrafos com novas fórmulas”, sentencia Fernando Cardim. “O tempo está passando e consumi-lo festejando o pretense enterro de visões mais liberais pode acabar levando a uma enorme ressaca mais tarde.” 

O modelo Brasil

PAÍS ESTÁ PREPARADO PARA ENFRENTAR COM MAIS CONFORTO A TURBULÊNCIA INTERNACIONAL

A crise internacional não para de respingar na economia brasileira. Setores mais sensíveis reduziram a produção. Milhares de trabalhadores já perderam o emprego. A meta de crescimento do PIB para este ano, revista pelo Banco Central em 30 de março, caiu de 3,2% para 1,2%.

Mesmo longe de estar imune à contaminação, o Brasil tem revelado uma resistência acima da média. O sistema financeiro nacional parece impermeável ao terremoto que já derrubou instituições bancárias tradicionais em todo o mundo. Alguns setores da economia registram até um crescimento surpreendente. O país parece mais bem preparado para reagir de forma mais eficiente.

“O Brasil não é um caso à parte, mas a situação brasileira é muito mais confortável, seja porque o Proer reestruturou, consolidou e dinamizou o sistema financeiro, seja porque os bancos brasileiros não possuem derivativos exóticos em suas carteiras”, afirma o economista Fernando Ferrari Filho, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

“Algumas das inovações financeiras mais perigosas ainda são embrionárias aqui”, diz Fernando Cardim, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “A dependência do sistema bancário das aplicações em dívida pública também aumenta a segurança do sistema, ainda que à custa de sua funcionalidade, já que a função de provisão de crédito é relativamente sacrificada.”

“A luta será dura. Mas, pela primeira vez na História, o

Brasil enfrenta uma crise mundial sem ter de carregar o setor público nas costas”, defende a professora Maria da Conceição Tavares. “Nesta crise, o Estado não está afundado em dívida externa, para não dizer totalmente quebrado, como ocorreu nos anos 1990. Significa mais do que não ter um peso morto. Significa um Estado em condições de amparar o investimento, o emprego e o capital de giro da economia.”

Os resultados fiscal e externo do país são, de fato, muito mais confortáveis do que os de dez anos atrás, quando da crise cambial no segundo governo Fernando Henrique Cardoso. No fim do primeiro mandato, houve forte descontrole fiscal durante a campanha do governo pela aprovação da reeleição no Congresso Nacional – o que provocou expressivo aumento da dívida pública interna e levou o país a uma situação de perda de credibilidade no cenário internacional.

Além disso, os constantes e crescentes déficits em conta corrente, resultado da sobrevalorização do

Real, foram fontes de preocupação permanente no Banco Central. Enfraquecido pelas diversas crises internacionais e quase sem reservas, o Brasil se viu obrigado a abandonar o sistema de bandas em meio a uma enorme turbulência econômica e financeira.

Há anos o país registra superávit fiscal (primário) robusto. A relação dívida pública/PIB está arrefecendo. As reservas cambiais nos cofres do Banco Central atingiram US\$ 200 bilhões – além dos R\$ 186 bilhões correspondentes ao

depósito compulsório dos bancos no BC, que podem servir para aumentar a disponibilidade de crédito.

As instituições financeiras brasileiras possuem ativos saudáveis e práticas mais cautelosas. Os cinco maiores bancos do país elevaram em R\$ 7 bilhões as provisões adicionais para créditos duvidosos no último trimestre do ano passado.

“O Proer foi a face mais visível de um processo que mudou a regulação bancária brasileira. Desde então, o BC manteve a seriedade na fiscalização e na supervisão do sistema financeiro”, diz o economista Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central.

“Nossa postura sempre foi da busca por maior prudência”, afirma o diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, Alexandre Tombini. “Sob a supervisão do Banco Central existem 21 tipos diferentes de instituições, todas reguladas e com regras prudenciais e de alavancagem comuns. Além disso, todas as operações estão ‘dentro do balanço’, por conta das regras de consolidação contábil a que se sujeitam as entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil.”

Indicadores confortáveis

A lista de pressupostos que garante relativa blindagem ao Brasil não termina aí. No país, não se registra nenhuma bolha de crédito ou imobiliária como a que abalou a Islândia, a Inglaterra e, sobretudo, os Estados Unidos. O mercado interno continua exibindo sinais de pujança. O Brasil alcançou a independência no petróleo e hoje ostenta a matriz energética mais verde do mundo. Também se mantém na posição de maior exportador mundial de alimentos, e para um mercado internacional cada vez mais diversificado.

São indicadores que fazem com que o impacto da crise sobre os setores público e privado seja minimizado. Ainda assim, muitos especialistas destacam que nem todos os sinais são positivos. Os gastos públicos continuam elevados. Depois de 12 anos, o governo registrou, em março, déficit primário de R\$ 926 milhões em virtude da queda da receita e do aumento das despesas.

A deterioração dos saldos comercial e de transações correntes é uma realidade. No ano passado, as transações

correntes fecharam com um déficit próximo a US\$ 28,5 bilhões – o primeiro desde 2003. O saldo comercial também vem caindo significativamente, o que pode fazer com que, em um futuro próximo, a fragilidade externa cresça.

O Ministério da Fazenda tem reagido para minimizar os impactos da crise. Ampliou os investimentos públicos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lançou, ainda, um pacote fiscal que desonera a produção em R\$ 1,6 bilhão ao reduzir as alíquotas do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) em setores vitais, como o automobilístico e da construção civil, e ampliou os tributos sobre o cigarro.

A manutenção da inflexibilidade do superávit fiscal poderia, porém, representar um obstáculo, na opinião de muitos economistas. “A meta de superávit fiscal de 3,75% do PIB, em época de crise, é inadmissível”, afirma Fernando Ferrari Filho. “A combinação meta de superávit fiscal e política monetária conservadora pode inviabilizar a recuperação da atividade econômica em médio prazo.”

Na política monetária, o BC vem sinalizando para uma trajetória descendente mais ousada na redução da Selic, que levará a um alívio fiscal, compensando, em parte, as perdas em função da queda na arrecadação devido ao desaquecimento da economia, às renúncias fiscais e ao aumento dos gastos.

Fernando Cardim vai além. “É preciso reagir à crise de forma decidida e inteligente, e ainda estamos esperando para ver políticas fiscais e monetárias vigorosas e inteligentes”, defende. Mesmo no até então inabalável sistema financeiro nacional alguma coisa ainda poderia ser feita. “Deve-se aproveitar essa pausa para repensar o caminho que se estava seguindo para buscar estratégias mais eficientes de garantia de estabilidade sistêmica.”

“O Banco Central está atento e vem adotando as medidas necessárias”, destaca Alexandre Tombini. “Pode-se mencionar, por exemplo, as medidas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, instituindo garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos para depósitos de até R\$ 20 milhões, que visam a melhorar as condições de captação de determinadas instituições, de forma a contribuir para a regularização do fluxo de crédito.” 

É possível mudar o BC!

A CONVITE DO SINAL, O BANCO CENTRAL PARTICIPOU OFICIALMENTE DO EVENTO E JÁ CRIOU UMA ÁREA DEDICADA À RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Fiel ao compromisso de ser um pouco mais do que um sindicato classista tradicional, ao abarcar como território de luta a responsabilidade com a sociedade brasileira, o Sinal não só participou, mais uma vez, do Fórum Social Mundial de 2009, em Belém, no Pará, como também contribuiu para que o Banco Central assumisse uma postura mais ativa em defesa da sustentabilidade no Brasil. Hoje, em todo o mundo, a tendência dos Bancos Centrais é pensar mais seriamente na análise dos riscos ambientais nas operações de crédito, porque os passivos deixados pelas empresas podem comprometer as garantias que oferecem na hora do empréstimo.

Depois do Fórum de Belém, o BC, que a convite do Sinal participou oficialmente do evento pela primeira vez, criou uma área dedicada à responsabilidade socioambiental e parece disposto a discutir seriamente a questão. “Quando há demanda, as instituições se mexem. Portanto, é preciso cobrar, e foi o que o Sinal fez”, disse Elvira Cruvinel, coordenadora dos projetos “Governança em Cooperativas de Crédito” e “Moedas Sociais do BC”, além de editora do Boletim de Responsabi-

lidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro, também do Banco.

O diretor de Estudos Técnicos do Sinal-Nacional, Alexandre Wehby, revelou que foi a primeira vez que o BC mandou um representante da diretoria para um encontro no qual a entidade dos servidores tinha um papel relevante. O presidente do Banco, José Henrique Meirelles, designou o secretário da diretoria e do Conselho Monetário Nacional (CMN), Sérgio Albuquerque de Abreu Lima, para falar sobre “O Papel do BC na Sustentabilidade do SFN”, em um dos dois seminários organizados pelo Sinal e abertos ao público, com o objetivo de conscientizar os participantes do Fórum

sobre a relação estreita entre finanças e meio ambiente.

De acordo com Wehby, muita gente ainda tem a falsa impressão de que o FSM é o palco montado pela esquerda mundial para vociferar contra o neoliberalismo. Contudo, quem estava no Fórum eram cidadãos interessados em discutir as formas de manter as boas condições de vida em todos os países. “Até o BC, que nunca cogitou participar do evento, entendeu isso e colaborou”, disse. Sérgio Albuquerque ressaltou a surpresa ao perceber o legítimo interesse dos participantes em conhecer o outro lado da instituição que controla a economia do país.



Em Belém, o ministro Carlos Minc aproveitou o encontro com dirigentes do Sinal para conhecer o projeto que vai transformar cédulas velhas do Real em...



Perto do cidadão

Mais do que influenciar o BC a assumir que é necessário criar regras mais rígidas de punição aos poluidores dos bens naturais existentes no Brasil – até porque eles embutem sérios riscos de perdas financeiras –, o Sinal foi ao FSM, que este ano reuniu 100 mil pessoas do país e do exterior, decidido a se aproximar do brasileiro comum. A entidade montou a sua tenda no Fórum e, através dela, procurou informar qual é, ou deve ser, o papel de um Banco Central. Também, divulgou os serviços prestados pelo Banco, muitos deles desconhecidos da população, informando endereços, sites e telefones.

No mesmo evento, o Sinal propagou a decisão tomada pelo CMN de proibir as tarifas abusivas praticadas pelas instituições financeiras, ensinou como se encerra devidamente uma conta corrente para evitar problemas futuros e alertou a todos sobre os mais diversos golpes aplicados na praça, assim como as potenciais ameaças de

recebimento de cédulas falsas. “Muita gente, principalmente as pessoas de esquerda, tem horror do BC, porque uma série de coisas boas que a gente faz não aparece. Durante o Fórum, nós procuramos divulgá-las para os participantes do encontro. Claramente nesse evento, pelo conjunto das atividades, houve uma tentativa do BC e dos seus servidores de se aproximarem da população”, enfatizou o diretor do Sinal.

A contribuição do BC

Alexandre Wehby destacou que no estande do Sinal o que se viu foi a sociedade civil brasileira buscando conhecer os seus direitos e as obrigações dos seus governantes. O Sindicato distribuiu mais de 10 mil revistas **Por Sinal** e milhares de livretos e cartilhas ensinando a população a identificar notas de Real falsas, descobrir como funcionam as cooperativas de crédito e pesar o valor real do dinheiro. Foram entregues, ainda, revistas sobre as sociedades de Microcrédito.

Como o FSM é um espaço aberto



...adubo orgânico, desenvolvido em parceria com o BC, o governo do Pará e a Universidade Federal da Amazônia

ao debate, à reflexão, à formulação de propostas e à troca de experiências de construção de um mundo mais justo, democrático e solidário, em outro seminário, dessa vez sobre “Cédulas de Real como Componentes de Adubo Orgânico”, os representantes do funcionalismo do Banco mostraram, ainda, a experiência desenvolvida pela parceria entre o Sinal, a Universidade Federal Rural da Amazônia, o Banco Central do Brasil e o governo do Pará para transformar cédulas velhas do Real, já trituradas, em adubo orgânico.

Na avaliação de Elvira Cruvinel, o seminário organizado pelo Sinal, reunindo especialistas em assuntos ambientais, cumpriu o importante papel de convocar as pessoas para discutir questões que estão na ordem do dia e são fundamentais para o mundo todo. “Embora o tempo tenha sido curto e o debate ainda superficial, o evento mostrou que existe necessidade dessa discussão. Se a gente não fizer isso, quem mais vai fazer?” Ela acrescentou que internamente, no BC, o seminário “Sustentabilidade, Banco Central e Sistema Financeiro”, realizado no dia 30 de janeiro, teve grande repercussão, gerando até mesmo a decisão inédita de se criar uma área específica de Responsabilidade Social. Além dos funcionários do BC, Elvira Cruvinel e Maria de Fátima Tosini, participaram Victorio Mattarozzi, da consultoria Finanças Sustentáveis; João Roberto Lopes Pinto, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase); e Roland Widmer, da ONG Amigos da Terra – projeto Ecofinanças. 

“Estamos caminhando para mais regulação”

O economista, e agora empresário, Armínio Fraga é um velho conhecido do Sinal. Presidente do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso, ele participou de decisivas – e difíceis – negociações com os servidores do Banco. Hoje, à frente do grupo Gávea Investimentos, que em abril comprou 1.600 lojas da rede McDonald's na América Latina, Armínio voltou a encontrar alguns dirigentes do Sindicato, como o ex-presidente Sérgio Belsito e o atual, David Falcão, em seu escritório no Leblon, na manhã do dia 11 de março. Nesse mesmo dia o Copom anunciou a redução da taxa Selic para 11,25% ao ano. Na entrevista, Fraga defendeu maior regulação do sistema financeiro mundial, lembrando que no Brasil nunca se acreditou num modelo muito agressivo de desregulamentação. Otimista, ele não vê razões para que a desaceleração da economia brasileira se prolongue por muito tempo.

■ Em relação à crise mundial, já chegamos ao pior?

Com a crise, as oscilações que têm acontecido nos mercados são muito impressionantes. Mas acho que mais impressionantes ainda são as oscilações econômicas. O que aconteceu em setembro/outubro (2008) foi algo inusitado. Foi uma parada súbita, não dos fluxos de capital, que são mais ariscos e volta e meia passam por períodos de euforia e de depressão. Com a economia, porém, normalmente isso não acontece, e aconteceu. Quando se examina a trajetória da produção industrial da maioria dos países, houve um colapso. Se eu produzir um gráfico da produção industrial de um determinado país e disser qual é nesse período, desafio qualquer um a identificar que país é esse. Algum sincronismo sempre aconteceu,

mas dessa vez foi impressionante.

Minha avaliação tímida, porque a incerteza é muito grande, é que, do ponto de vista do nível da atividade econômica, não se chegou ao fundo do poço. Nós temos ainda, infelizmente, uma fase de desaceleração pela frente. Até acredito que no Brasil ela não vá ser tão grave quanto em outros países, mas com certeza já nos atingiu e vai continuar nos atingindo por um tempo...

■ Entraremos numa recessão técnica?

Nesta altura, é provável. Nesses dois trimestres, já temos uma chance alta de isso acontecer. As análises internacionais mostram que é possível até que haja uma queda no PIB global em 2009, o que absolutamente não era esperado.



Houve uma euforia, um enorme exagero, eu diria, em muitos casos, na alavancagem, e agora vem o lado desagradável que é a desalavancagem. Em geral, esses processos acontecem de maneira desordenada, e é isso que nós estamos vendo. Uma crise que tem na sua posição inicial, talvez, um quadro mais grave do que a da Depressão de 29, da década de 1930. Mas, ao mesmo tempo, nós estamos tendo uma resposta dos governos mais poderosa. Vamos ver.

■ E especificamente no Brasil?

Minha avaliação é que aqui vamos ter uma desaceleração forte, relevante, mas não vejo razões concretas para que surja uma crise maior, que se prolongue por muito tempo. Temos de ter certa humildade e entender que uma parte desse crescimento espetacular dos últimos cinco anos foi também o espelho de um crescimento igualmente espetacular no mundo. Li uma matéria que citava um professor da UFRJ, o Reinaldo Gonçalves, em que ele fez a conta comparando nosso crescimento com o crescimento global nesse período. É uma boa lembrança, acho que ele tem razão. Foi uma fase excepcional na economia mundial, talvez a melhor registrada nas séries.

Temos de voltar a pensar nas coisas que realmente dão uma esperança de um crescimento mais acelerado a longo prazo, que andam avançando, mas que poderiam estar avançando mais. Refiro-me, especialmente, a investimentos em infraestrutura, quase todas as áreas estão carentes: água, saneamento, portos, aeroportos, ferrovias, energia, estradas...

■ Mas o PAC não está cumprindo esse papel?

O PAC é uma resposta. Mas penso que vai ser preciso alavancar mais esse processo. Está fazendo falta também criar condições para que o próprio setor privado invista,



“Temos de ter certa humildade e entender que uma parte desse crescimento espetacular dos últimos cinco anos foi também o espelho de um crescimento igualmente espetacular no mundo.”

dado que o governo, com essa carga tributária, vai ter dificuldade em ocupar esse espaço. E acho que na educação, também, não temos feito muito ao longo dos últimos anos, e precisamos insistir em fazer mais.

■ A era Bush, de desregulamentação do mercado financeiro, estaria já com seus dias contados? Ou seja, haveria uma reversão para maior regulação dos mercados no mundo?

Penso, com muita convicção, que estamos caminhando para mais regulação. No Brasil, nunca acreditamos nesse modelo ultra-agressivo de desregulamentação. Acho até que nossa postura mais pragmática tem a ver com a nossa História. Faz parte da cultura brasileira não ser muito radical nem numa direção nem na outra, e isso nos serve bem. Mas no mundo, com certeza, o modelo do período Greenspan, de confiança total na autorregulação, de confiança absoluta no bom senso dos próprios gestores, das instituições, falhou, não passou pelo teste do mercado, como disse o Paul Volcker, em um depoimento, acho, de mais ou menos um ano atrás.

Tive, recentemente, a chance de participar de um trabalho com o próprio Volcker e o italiano Tommaso Padoa-Schioppa, que foi do Banco da Itália, ministro da Fazenda, e do Banco Central Europeu, e nosso relatório é bastante duro. Não a ponto de asfixiar a criatividade, é importante que o sistema tenha espaço para criar, mas não há nada, na nossa opinião, que justifique o grau de alavancagem e a falta de transparência que se observava. No Brasil, feliz-

mente, conseguimos não cair nessa. Mas também temos de ficar de olho, na medida em que a taxa de juros vai continuar caindo por um tempo, sem prejuízo de a inflação ficar bem comportada. O Brasil está caminhando para ter um juro mais normal, já vejo isso há algum tempo, e a tendência vai ser de a alavancagem aumentar. Nós somos descolados nessa área.

O papel do Banco Central tende a se reforçar nesse contexto global. Há um entendimento de que os Bancos Centrais têm de assumir formalmente a responsabilidade pela estabilidade financeira e se aparelhar para isso. Nesse sentido, o Brasil já está bem posicionado.

■ O senhor já foi gestor de *hedge funds* no exterior, e hoje administra fundos multimercados no Brasil. Como vê a regulamentação desses dois tipos de fundos, tendo em vista a extrema volatilidade e a falta de liquidez em função da crise?

Foi até certo ponto uma surpresa, primeiro, falando lá de fora, o que aconteceu no mundo dos *hedge funds*. Dizem que existe mais ou menos 8 mil *hedge funds* no mundo. Havia um receio grande de que vários teriam problemas e que isso poderia configurar uma situação sistêmica. Não aconteceu. Já na época pré-crise, desses 8 mil, mais ou menos mil fecham todo ano, deixam de existir, ou porque quebraram ou apenas porque minguiaram. Com a crise, minha expectativa é que metade desses *hedge funds* desapareça. E existe hoje uma reflexão muito grande por parte dos investidores sobre a real capacidade desses fundos de entregarem o que eles prometem.

Do lado regulatório, o que existe lá fora é um modelo indireto. As autoridades regulam, fiscalizam os bancos, os bancos dão financiamento para os *hedge funds*. É uma espécie de supervisão indireta que ainda está *sub judice*, não creio que seja suficiente.

A nossa recomendação no relatório do Grupo dos 30 foi exigir um registro formal de cada fundo, com fornecimento de um conjunto mínimo de informações para as autoridades, dando a elas o poder de determinar se uma instituição representa uma ameaça sistêmica. E, se for o caso, de terem o poder de regular também, minimamente, pelo menos, o grau de alavancagem e o acesso às informações.

■ Como é que funciona no Brasil? A fiscalização é direta?

No Brasil já é assim. Todos os fundos estão registrados. Eles fornecem as informações para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e eu penso que esse é um bom modelo.

■ E está funcionando?

Está funcionando bem. Quer dizer, você não ouve falar, houve um ou outro caso de algum fundo que teve um problema maior, mas não há, digamos, um sinal.

■ Poderíamos dizer que a crise ainda não chegou na “indústria de fundos”?

A crise chegou, sim, os fundos estão tendo muito resgate. Há um questionamento também aqui sobre a capacidade de eles justificarem as taxas que cobram. Todo mundo está exposto a isso.

Outra vantagem no nosso sistema é que a maioria das operações é feita por meio das Bolsas. E isso dá mais transparência, mais segurança. A BMF viveu um momento difícil em 1999, hoje eles têm lá uma equipe das mais experientes, até porque o Brasil passou por tanto estresse nesse período, que a turma fica de olho. É uma tendência no mundo transferir para os mercados organizados muita coisa que acontece no mercado de balcão.

■ Muita gente criticou o BC pela falta de informação sobre o fundo de investimentos do Daniel Dantas, investigado pela Operação Satiagraha. O senhor acha que esse modelo de fiscalização precisa ser melhorado? O BC tem integração com as demais entidades regulatórias?

Não conheço detalhes do caso do Dantas e dos seus fundos. O pouco que li pela imprensa é que são fundos que estão fora do Brasil, fora, portanto, da nossa jurisdição. Há uma questão de investidores brasileiros em fundos fora, mas há também a questão de investidores brasileiros com recursos não declarados, que também é um problema. Não só de investidores, acho que esse é um problema global.

Na época em que estava no Banco Central, eu briguei por isso junto com o ministro Malan; achava que o mun-

do dava muita moleza para quem queria esconder o seu dinheiro. Vocês talvez se lembrem, publiquei um artigo no *Wall Street Journal*, quando o presidente Bush propôs correr atrás do dinheiro dos terroristas, sugerindo que sim, que era louvável essa proposta, mas por que não perseguir também o dinheiro dos traficantes, dos corruptos, dos que não pagam impostos? Por que o mundo deve oferecer abrigo a esse dinheiro? Esse dinheiro está numa ilha, num paraíso fiscal qualquer, mas ele não fica lá na forma de coco. Ele vai pra lá e de lá vai ser aplicado.

■ **Grande parte do capital que circula pelo mundo hoje vem da droga, não?**

Droga, armamento, exatamente. Esse dinheiro é reciclado e vai comprar, em última instância, ativos financeiros pelo mundo afora, títulos do governo, CDBs, ações, o que for, e grana também, moeda, espécie. Outra briga nossa com o Banco Central Europeu foi quando eles anunciaram que iam emitir uma nora de 500 euros. Também fomos em cima. Quem é que usa uma nota de 500 euros? Eu não conheço ninguém. O cara com 500 euros no bolso, coisa boa não deve ser.

A minha avaliação é que o cerco ao dinheiro não declarado vem aumentando, talvez não na velocidade desejada. O Banco Central tem um papel importante nesse projeto global e ele participa de todas as entidades e grupos, eu diria, com certeza, em posição de destaque.

■ **O senhor acredita que o G-20 seja um instrumento para fazer essas mudanças, propor essas novas normas e deslavar?**

Acredito que sim. O G-20 tem uma vantagem de congregar, enfim, os países mais importantes do mundo sob o ponto de vista econômico. Mas tem a desvantagem de ser um fórum, e não uma instituição internacional. Essa é uma diferença importante. Quando é uma instituição, todos os países são obrigados a aprovar, em seus Parla-mentos, as regras e decisões que são tomadas pelas instituições internacionais. O fórum, não. São discussões, as pessoas se comunicando. É ótimo, é importante que haja esse diálogo. Para o Brasil, foi fundamental, porque nos

deu um espaço que até então não existia. De qualquer maneira, caminhar daí para as revisões, para o arcabouço da fiscalização, vai demorar um pouco, é difícil. Minha expectativa é que haja um aumento na coordenação, e isso é importante que ocorra. Mas, pensando bem, se a Europa não conseguiu ainda ter uma regulamentação e fiscalização unificadas, imagina fazer isso para o mundo inteiro? Eu não acredito que vá vir uma grande revolução, acho que vai ser uma coisa feita de maneira incremental, mas nem por isso não relevante.

■ **Até porque o mercado financeiro americano não vai capitalizar de uma hora para outra...**

O mercado financeiro americano, de certa maneira, já capitulou.

■ **Muitos economistas avaliam que a nacionalização temporária de grandes bancos é inevitável. Qual é sua opinião? O modelo do Proer – separação de ativos podres e venda dos ativos saudáveis – pode ser seguido pelos Estados Unidos?**

Pode, é um bom modelo. Como sempre, essas coisas têm de respeitar as características de cada país. Na Suécia, por exemplo, adotou-se um modelo semelhante, o que nos inspirou aqui também, e é um modelo que já é usado parcialmente nos Estados Unidos, no FDIC (Federal Deposit Insurance Corporation) deles, que é a instituição de seguro de depósito bancário federal americano (não confundir com nosso FIDIC aqui, que é homônimo). O problema que eles têm é que o sistema financeiro está concentrado, são quatro bancos gigantes. A diferença entre o número 4 e o número 5 é de quatro vezes o tamanho. A questão é que os quatro gigantes não são empresas, são uma *holding* bancária e o FDIC pode resolver a situação, usando o termo técnico, de um banco, mas não de uma *holding* bancária. Eles têm um problema complicado, as dívidas estão todas na *holding*. Minha impressão, olhando de fora, é que eles têm muito receio de que uma intervenção dessa natureza acabe se transformando numa outra Lehman Brothers, que foi o estopim do pânico.

Existe outra diferença importante, no caso deles, que

“A minha avaliação é que o cerco ao dinheiro não declarado vem aumentando, talvez não na velocidade desejada. O Banco Central tem um papel importante nesse projeto global e ele participa de todas as entidades e grupos, eu diria, com certeza, em posição de destaque.”



diz respeito ao fato de esses grandes bancos terem muita dívida de longo prazo. Os nossos aqui no Brasil não tinham. E essa dívida, quase toda subordinada, é grande: pelos quatro grandes, já soma US\$ 1,2 trilhão. E o correto, o justo, penso, seria se um banco desses realmente fosse para o buraco, os credores também sofreriam perdas antes de se acionar o dinheiro público. Há uma revolta nos Estados Unidos com relação ao uso de recursos públicos para resolver uma crise sistêmica. Por outro lado, sabemos que uma crise sistêmica tem consequências sociais enormes também. Isso cria um dilema terrível para quem está administrando essa situação.

Voltando para a nacionalização, que foi a pergunta original, acho que é relativamente fácil nacionalizar o capital. O mais difícil são os credores, eles estão fora do escopo de atuação do FDIC. Na prática, a nacionalização já ocorreu, de certa maneira. Eles têm uma fração alta do capital quando se incluem as ações preferenciais, que lá são diferentes das nossas, elas são títulos de renda fixa, mas agora com direito a converter e, também, com vetos na governança.

Não vejo a nacionalização como sendo um caminho para estatizar de maneira permanente o sistema. Não tenho esse preconceito contra a ideia. É um mecanismo adequado temporariamente. Mas criou-se uma discussão meio ideológica, e acho que a situação na prática não é tão ideológica assim. O nó é um pouco esse outro que eu mencionei: como fazer isso da maneira mais justa e mais eficiente possível? É um enorme desafio.

■ **A despeito da crise, a moeda americana se valorizou no mundo inteiro. Passada a corrida de busca por segurança, como o dólar se comportará?**

Os Estados Unidos ainda têm déficit em conta corrente. Ele vem diminuindo, até porque o país é um grande importador de petróleo. O dólar se depreciou bastante antes

dessa volta. Penso que esse momento de valorização, que não compensou a depreciação que veio antes, é um pouco ligado ao fato de ter ficado claro que vários outros países também estão com muitos problemas. No fundo é: os Estados Unidos têm problemas, mas a Europa e o Japão também têm, e houve um certo refluxo nessa linha. Mas acho que no final do processo, se o ponto de partida está três, quatro, cinco anos atrás, é natural que o dólar americano se deprecie. Daqui pra frente, é mais difícil, porque ele já se depreciou bastante e o déficit de conta corrente vem diminuindo. O déficit da conta corrente americana deveria diminuir para 2,3% do PIB, aí eu acho que chega num nível sustentável.

■ **Mas o dólar ainda vai ser padrão para muito tempo?**

Não acredito que o governo americano vá deixar o descontrole chegar a ponto de ameaçar o status da moeda, senão como a reserva de valor do mundo, mas como uma reserva de valor. No entanto, esse risco hoje é real. Porque, além do custo fiscal dessa crise, que tudo indica vai ser enorme, em mais dez, 15 anos, os EUA vão ter um outro custo fiscal muito grande, que vem do sistema de saúde pública e também da Previdência. Então, há um desafio no horizonte. Minha avaliação é que a carga tributária vai aumentar – ela lá é bem mais baixa do que aqui –, penso que não existe muito jeito.

■ **Em relação ao Brasil, o senhor não acha que a antecipa-**

ção do calendário eleitoral não está contaminando, de alguma maneira, o debate sobre como enfrentar a crise? Isso não pode ser perigoso? Como foi sua experiência na transição? A economia estava bastante tumultuada...

As transições frequentemente são complicadas. Um exemplo foi a transição do governo Bush, com um

final muito difícil e que teve um impacto negativo sobre o desenrolar dessa crise, não tenho dúvida.

A antecipação do calendário eleitoral realmente tem um custo para o país. Não há razão de se antecipar tanto. O problema é que as forças competitivas tendem a dominar o debate.

■ **Não há espaço para uma ação conjunta em nome do tamanho da crise, digamos?**

Seria bom. O governo vem respondendo à crise com um espaço de manobra que tem e que não é pouco. Existe algum espaço fiscal, não muito, que está sendo utilizado. O BNDES está procurando suprir essa lacuna, dado que o mercado de capitais está praticamente fechado neste momento. No caso do Banco Central, começou o processo com uma taxa de juros alta – até porque a economia vinha crescendo de maneira bastante acelerada, e a inflação vinha subindo – e agora, como a economia se desacelerou muito e o crescimento do crédito também arrefeceu, foi obrigado a baixar a taxa Selic.

O governo tem condições de responder bem à crise, como vem fazendo. O que às vezes faz falta seria aproveitar e montar uma agenda de reformas para reforçar a credibilidade também.

■ **A autonomia, de direito ou de fato, que o Banco Central tem gozado, se ela fosse de direito, teria ajudado o Brasil a enfrentar crises passadas, e mesmo a atual, com um**



“A memória inflacionária é forte, está quase que no DNA da gente. Ao menor cheirinho de inflação, o sistema rapidamente se readapta, se reindexa, e aí para resolver é um problema.”

custo menor para o país? O momento não é adequado para se retomar uma discussão mais séria, mais efetiva, quanto a um projeto para o país visando a autonomia do Banco Central? Houve uma tentativa na época do seu mandato.

Houve, sim, uma discussão interna. Trabalhamos muito no desenho de uma possível reforma que daria ao Banco Central uma autonomia operacional, não a liberdade de definir as metas – isso tem de ser uma decisão de governo, da sociedade. Daria à instituição o direito de perseguir essas metas com o horizonte de tempo um pouco mais longo. E nós estudamos as várias dimensões da autonomia, a administrativa, a orçamentária, etc. Todo o material ficou no Banco Central.

Na prática, acho que o Brasil evoluiu na direção de entender que o BC trabalha melhor com o horizonte de prazo um pouco mais longo, não tão sujeito às forças da conjuntura, às pressões políticas. Isso é um consenso pelo mundo afora. Não se trata, no entanto, de uma panaceia. Vários países adotaram leis que deram independência aos seus Bancos Centrais e depois acabaram desmoralizando essas leis. O que eu defendo é que isso ocorra num momento em que haja realmente um grau de maturidade e de convicção suficientes para não ser muito alto o risco de uma reversão rápida da ideia.

Tenho oscilado com relação a isso aqui. Hoje, a minha leitura é que existe de fato essa autonomia na prática, mas a pressão sobre o Banco Central vem aumentando. Eu li outro

dia na imprensa que o presidente Meirelles foi chamado, me parece que no dia da reunião do Copom, para uma reunião de emergência no Palácio do Planalto.

■ **Não era aquela reunião pré-Copom?**

Mas é uma reunião importantíssima. É o momento em que o Copom se concentra numa revisão profunda dos dados de todos os indicadores. Isso me assusta um pouco. Assim mesmo, sou a favor de uma revisão, isso para nós já seria um avanço, teria uma boa chance de ser permanente. Acho que traria um benefício nos vários momentos de transição que nós já vivemos ao longo do período recente e que é um modelo testado em outros países.

■ **Como o senhor avalia a atuação do Banco Central a partir de setembro, quando a crise eclodiu? Foi adequada?**

O Banco Central tem dado muita segurança ao mercado, tem agido de maneira transparente e com resultados bons. Não vejo razão para criticar. Penso, até, que o governo como um todo, mas o Banco Central em particular, agiu bem ao longo desses anos todos de bonança ao aumentar as reservas, desdolarizar a dívida pública. Foram avanços importantes. E isso nos deixou numa posição muito menos vulnerável agora, que as coisas pioraram. Acho que o Banco vai fazer o que se espera dele, vai continuar olhando para a inflação, mas também com uma preocupação em relação ao nível de atividade econômica. É um desenho aceito hoje quase que universalmente. E, nesse contexto, confirmado-se esse desaquecimento forte que estamos vivendo e uma trajetória de queda na inflação, não vejo por que o Banco Central não vai ter condições de continuar reduzindo a taxa de juros.

■ **Como o senhor avalia a relação da autoridade fiscal com a autoridade monetária, do seu tempo e de hoje, com vistas à estabilidade econômica e ao enfrentamento da crise?**

Difícil dizer sem estar lá dentro, não sei muito bem o que se passa lá no dia-a-dia da Fazenda e do Banco Central. Na nossa época, era um relacionamento muito bom, não havia aquele consenso automático em tudo, mas sim muita confiança; então, a discussão era sempre muito aberta. Uma vez que se chegava a um consenso, todo

mundo remava junto. Era bom trabalhar com esse tipo de ambiente. Vejo hoje um pouco mais de tensão entre a área fazendária e o Banco Central. Isso, às vezes, cria a impressão de que um lado procura compensar o outro, o que não é bom. O melhor é que haja certo equilíbrio. Sem personalizar, acho que isso deve ser desenhado de maneira institucional. Acredito que o melhor modelo é aquele em que existe uma regra de estabilidade fiscal de longo prazo, de sustentabilidade da política fiscal, e que essa regra deixa algum espaço para tentar acomodar o ciclo. Conversei muito com o ex-ministro Palocci sobre esse caminho que tínhamos adotado e que acabou sendo adotado agora, de maneira adaptada, com esse Fundo Soberano. O Fundo acumulou um pouco de gordura fiscal, vai gastar agora, perfeito, acho ótimo isso. E eu acredito que, se do lado fazendário funciona assim, o Banco Central tem a tranquilidade do outro lado também para trabalhar. No geral, é assim que funciona, só sinto um pouco mais de tensão nas declarações e, às vezes, até uma certa pressão pública em cima do presidente Meirelles, que a meu ver só atrapalha a vida dele. É como se ele quisesse manter o juro alto, já disseram isso a meu respeito também. Não sou sádico, adoraria ver o juro lá embaixo. Mas ao mesmo tempo quem está lá sabe o custo que tem uma volta da inflação, o desastre que foi para o Brasil tanto sob o ponto de vista do crescimento quanto, especialmente, do ponto de vista da distribuição.

■ **Essa memória inflacionária ainda é forte?**

É forte sim, está quase que no DNA da gente. Ao menor cheirinho de inflação, o sistema rapidamente se readapta, se reindexa, e aí para resolver é um problema.

■ **Se o Banco Central tivesse sido um pouco mais ousado quando começou a crise, em setembro/outubro, isso teria trazido condições de melhorar o PIB?**

Impossível saber. Sinceramente, prefiro nem especular. Porque realmente é especulação pura. Acredito que, na média, o Banco Central acerta. Esse modelo de dar transparência política e monetária, que é o modelo das metas, no fundo, permite à sociedade interagir com o

Banco. Criticar as atas, os relatórios, os discursos, oferecer análises alternativas, isso enriquece muito o processo de decisão do Banco Central. Acredito que se o Banco, ao longo do caminho, toma decisões como se tivesse bola de cristal, talvez tivesse tomado um rumo diferente. A vantagem do sistema é que pode corrigir. Se o BC



“O grupo constatou que hoje, com a crise, ficou mais claro que vivemos num mundo que tem instituições financeiras grandes demais para quebrar. Isso não é saudável, é ruim.”

errou um pouquinho, significa que a economia vai ficar um pouco mais fraca, a inflação vai ficar baixa demais, ele corrige lá na frente. Dá para corrigir rápido, o sistema funciona bem nesse sentido.

■ **Pode falar um pouquinho sobre a importância do G-30? No relatório “Reforma Financeira como Sistema de Estabilização Financeira”, vocês discutem a concentração do mercado financeiro como um problema sério. Não é esse o perfil do nosso mercado?**

O Grupo dos 30 é formado por 30 pessoas, algumas até ocupam hoje posições importantes nos seus governos. Pessoas com a experiência de um Volcker, que é o autor principal desse relatório. O grupo constatou que hoje, com a crise, ficou mais claro que vivemos num mundo que tem instituições financeiras grandes demais para quebrar. Isso não é saudável, é ruim. Quer dizer, tem de ser um sistema no qual quem trabalha bem vai colher os frutos do seu trabalho, seus lucros e ganhos e tudo mais, mas é também parte do sistema, é fundamental que quem trabalha mal vai perder, pode até quebrar. É saudável que seja assim. E quando se chega num momento em que os ganhos são privados e as perdas, públicas, surge essa preocupação. Nós registramos isso no relatório, embora este não faça nenhuma proposta concreta com relação a esse tema. Mas existem propostas circulando por aí.

Eu mencionei que existe em discussão, aí pelo mundo

afora – foi citado, acho, que pelo Ben Bernanke (presidente do FED, o Banco Central Americano) recentemente num discurso –, a ideia de cobrar um pouco mais de capital dos bancos grandes. A ideia não é minha, não é original minha, mas eu gosto...

■ **Seria a Basileia 3?**

Alguma coisa por aí, a Basileia 2 já está prejudicada. Mas eu acho que isso tudo é bom. O Brasil tem a agravante de ter dois bancos públicos grandes, importantes: o Banco do Brasil e a Caixa, que, a longuíssimo prazo, é um fator de concentração, porque é inevitável, numa crise daqui a dez ou 15 anos, que o dinheiro migre para essas instituições. Então, é um assunto que merece reflexão.

Nos Estados Unidos, a experiência não foi boa, as duas grandes instituições na área do mercado hipotecário tiveram problemas, acabaram quebrando e o governo acabou assumindo o prejuízo. Nós aqui no Brasil, no passado, tivemos problemas sérios também, com o Banco do Brasil, a Caixa, outros bancos federais e praticamente com todos os bancos estaduais. Não significa que o governo não deva ter um papel, acho que o governo tem todo o direito de ter esse papel, que pode abranger várias áreas. Não tenho uma posição dogmática sobre o assunto, mas acredito que ela deva ser montada em cima de um arcabouço, que seja transparente e que também tenha essa preocupação com a estabilidade financeira de médio e de longo prazo. 



INTEGRAR e crescer, FAZENDO acontecer!



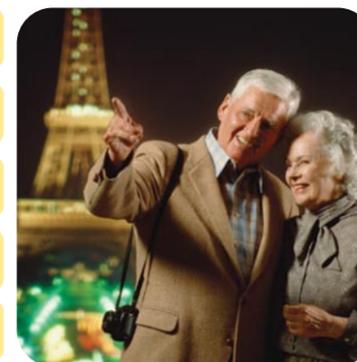
Seguro de Vida em Grupo e Vida Master

Solidez, segurança, garantia e confiança. Melhor custo-benefício do mercado. Atende frequentadores-contribuintes e conveniados.



Consórcio Fenasbac

100% seguro, menor custo, sem taxa de adesão. Atende frequentadores-contribuintes e conveniados.



PGAFI

Quando o assunto é dinheiro: Programa Geral de Assistência Financeira. Conheça os novos prazos e limites. Exclusivo para associados.



10 filiais e 11 sedes recreativas

com colônias de férias em Comary - Teresópolis (RJ), Aruanã (margens do Rio Araguaia - GO) e clube-hotel em Fortaleza (Praia do Futuro - CE)

Sinal e Unibacen: proteção ao consumidor e cidadania

CURSOS VÃO DISSEMINAR CONHECIMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL NAS DEZ REGIONAIS DO SINDICATO

Por ser um fenômeno de certa forma recente, só agora começam a aparecer pesquisas que medem o grau de endividamento das famílias, seja através do crédito ao consumidor, do empréstimo bancário ou do financiamento de bens. As informações sobre o volume do crédito já fazem com que especialistas aconselhem o governo a parar de estimular o endividamento desenfreado da população, para evitar problemas futuros.

Se em 1995, o volume total de crédito ao consumidor equivalia a 2% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2005 atingia 8%, mesmo com

os juros mais altos do planeta. Hoje, já é consenso que uma das maiores fontes de estresse do trabalhador brasileiro é proveniente de problemas financeiros.

Preocupada com a saúde financeira dos seus filiados, iniciando com os que estão prestes a se aposentar, a Diretoria de Assuntos Previdenciários do Sinal colocou em prática o Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA), através de uma parceria com a Universidade do Banco Central do Brasil (Unibacen), e programou a

realização de uma série de cursos de formação de multiplicadores de ensinamentos sobre "Educação Financeira: Gestão Financeira Pessoal", módulo constante do referido PPA. O primeiro curso, ministrado pelos professores Edimar Pereira de Oliveira, Sabrina Sorgi Prada e José Vital de Araújo Fagundes, reuniu nos dias 2, 3 e 4 de março, em São Paulo, 20 servidores do Banco e uma funcionária do próprio Sinal.

Na sequência, já estão programa-

dos para a multiplicação da disciplina três regionais do BC: para a primeira quinzena de maio, está prevista a atividade para o Rio de Janeiro e, para junho, em Recife e Curitiba. Trata-se de ensinamentos conceituais e não matemáticos, com amplitude geral, para todos os servidores do BC que se interessarem.

O coordenador da área de Estratégia da Unibacen, Eduardo Silva, explica que a iniciativa de promover os cursos faz parte da política de responsabilidade social do Banco Central, já que a instituição tem como uma de suas funções garantir a estabilidade monetária e financeira do Brasil. "Fazer o consumidor tomar decisões racionais baseado em conhecimento é uma forma de defender o sistema financeiro e o poder de compra da moeda", disse.

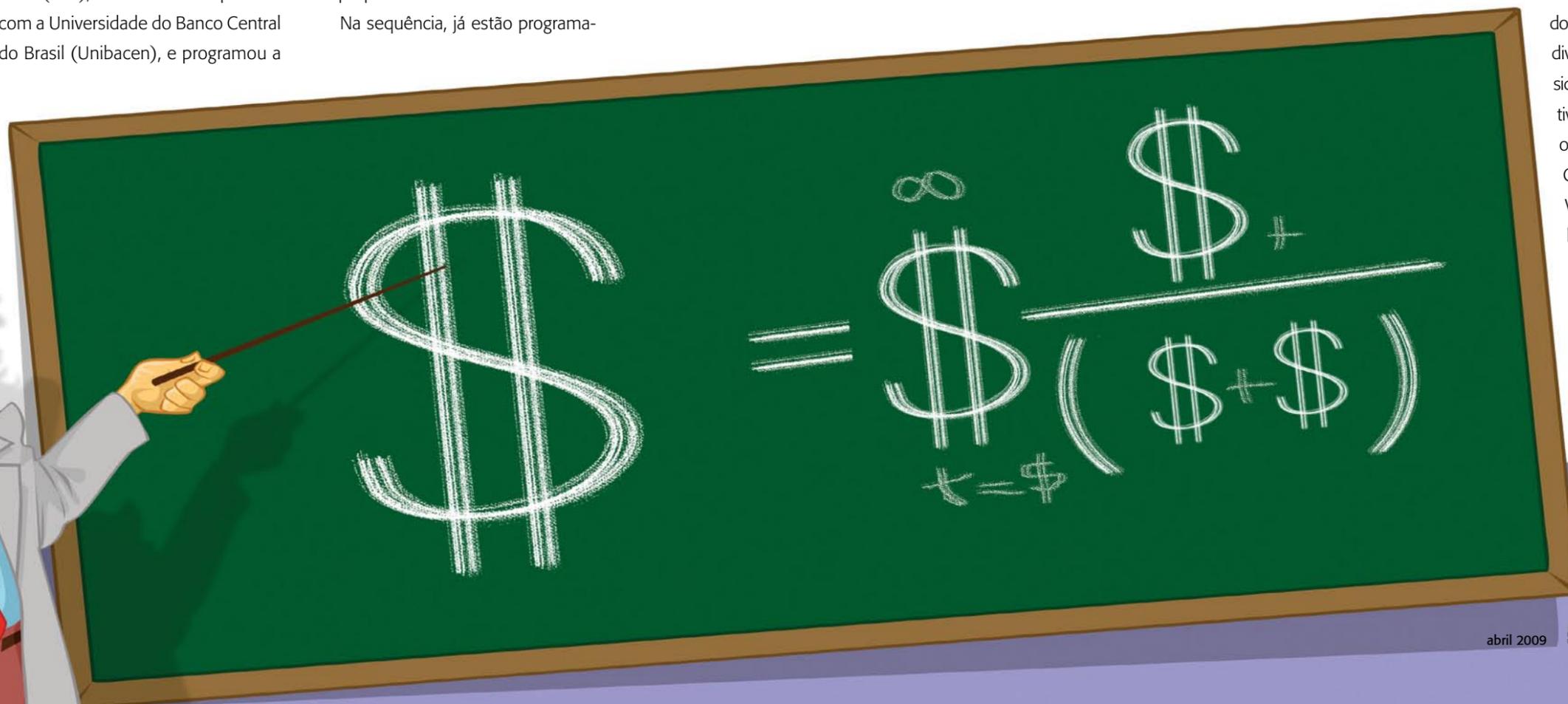
Dinheiro curto

De acordo com Sérgio da Luz Belsito, integrante do Conselho Nacional do Sinal, o objetivo do curso é formar multiplicadores para disseminar os conhecimentos de gestão financeira pessoal nas dez regionais do Sindicato, ajudando a mudar os hábitos em relação ao dinheiro e buscando uma melhor utilização do Real pelos servidores do BC. "O dinheiro está curto, precisamos aprender a lidar com ele e valorizá-lo", enfatizou. A iniciativa de divulgar os ensinamentos de administração pessoal da moeda brasileira, segundo Belsito, se inclui, ainda, no Programa de Qualidade de Vida já adotado pelo Banco. "Ao ajudar a reduzir o endividamento, principalmente através do crédito consignado, estamos contribuindo para controlar o estresse e as doenças provocadas por ele."

Na Unibacen, a expectativa é de que os multiplicadores transmitam as noções de educação financeira não só aos funcionários do Banco Central, mas também à população. "É essencial que todos tenham, pelo menos, alguma noção do sistema financeiro e, com isso, possam administrar o orçamento familiar e doméstico. Sem esse conhecimento, ninguém é cidadão pleno", afirmou Eduardo Silva. "O objetivo estratégico de disseminar esses conhecimentos é fazer com que a população pense muito antes de se endividar e até saiba que, ao adiar a posse de algum bem, não só não paga os juros cobrados pelas financeiras, como também ganha com ele."

Os cursos promovidos pela Unibacen para difundir conceitos econômicos, formando consciência e cultura voltadas para a saúde financeira do cidadão, vêm

sendo ministrados também em diversas universidades. A iniciativa conta com o apoio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep). 



Contribuição Sindical: a volta do confisco salarial e suas implicações no BC

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) surpreendeu a maioria das entidades representativas dos servidores públicos ao publicar, em 30/9/2008, a Instrução Normativa (IN) nº 1, instituindo a contribuição sindical, que nada mais é do que a extensão do imposto sindical praticada no setor privado para o funcionalismo público. A cada ano, seria descontado o valor equivalente a um dia dos vencimentos do servidor, com a seguinte destinação compulsória:

- 60% para o sindicato;
- 15% para a federação;
- 5% para a confederação;
- 10% para a central sindical
- 10% para a Conta Especial Emprego e Salário

Logo que a IN foi publicada, o Sinal manifestou-se publicamente pela sua rejeição e se insurgiu junto ao Poder Judiciário contra essa arbitrariedade, que entendemos tratar-se de uma intervenção indevida e desnecessária do Estado na organização sindical. Várias representações sindicais seguiram o mesmo caminho, porém nenhuma decisão definitiva foi obtida na Justiça até o momento.

Em recente reunião no Ministério do Planejamento, as entidades sindicais ali presentes, entre elas o Sinal, foram informadas de que estava suspenso o desconto da Contribuição Sindical (CS) – previsto para ocorrer em abril – até que a SRH (Secretaria de Recursos Humanos) daquele ministério tivesse esclarecidas algumas dúvidas de natureza jurídica e resolvido “problemas operacionais”.

A nossa atribulada trajetória funcional, desde a criação do Banco Central, legou-nos um enorme contencioso judicial ainda não resolvido e boa parte longe de se ter uma solução, tanto pela complexidade das questões em disputa quanto pelo ineditismo das situações conflitantes e pela própria inércia e despreparo do Judiciário.

E o imposto sindical é um desses fantasmas que nos traumatizou no passado e reaparece travestido de “contribuição”, prometendo semear uma grande desordem na sofrida estrutura sindical dos servidores, não apenas do BC, mas também de toda a administração pública.

Na gênese da nossa organização sindical, no calor das discussões entre os partidários da ideia do sindicato próprio, bandeira da AFBC – embrião do Sinal –, em confronto com os que defendiam a nossa representação pelo Sindicato dos Bancários, o imposto sindical foi objeto de

uma disputa judicial que ainda se arrasta pelos tribunais.

Encerrada a refrega com os bancários, com a nossa transposição para o RJU (Regime Jurídico Único), novos conflitos sindicais surgiram, mas ficou o rescaldo jurídico nos tribunais por conta do imposto sindical descontado nos anos 1989 a 1999. Tanto o Sinal quanto os sindicatos de bancários manifestaram-se pela desistência das ações judiciais e a devolução dos valores descontados à categoria, mas não lograram êxito até agora.

A CS não ressurgiu do nada, obviamente, e está aí porque há interessados na partilha dessa fortuna, que estimamos em R\$ 800 milhões por ano, só entre os servidores federais. Quem ganha, quem perde e o que fazer para impedir a violência desse confisco?

O governo se beneficia da CS, pois levará 10% para a constituição de uma “conta especial de salário e emprego” que não se sabe ainda para que serve. Em seguida, vem a Caixa Econômica Federal, depositária compulsória, que ficará um bom tempo com esses recursos à sua disposição, como ocorre hoje com os depósitos judiciais. As centrais (10%), as confederações (5%) e federações sindicais (15%) levarão o seu quinhão, mesmo que eventuais disputas judiciais embarguem as transferências em algumas categorias. Alguns sindicatos se beneficiarão dos 60% que estariam destinados a eles e outros, não, pois esperam-se inúmeras demandas na Justiça tendo como foco a definição da representação das respectivas categorias.

Entre os perdedores, em primeiro lugar, estarão os servidores, que terão uma única certeza: a do desconto. A organização dos servidores como um todo sairá prejudicada, pois é previsível a retomada das discussões quanto à representação sindical, reacendendo conflitos latentes e ainda não totalmente resolvidos. A classe trabalhadora sofrerá um sério revés, pois hoje as categorias mais organizadas e estruturadas estão justamente no setor público, com elevados índices de filiação, o que dispensaria qualquer “ajuda” do Estado.

Outro efeito nocivo que se pode esperar e que prolifera no setor privado é o surgimento de várias “fe-

derações” e “confederações”, constituídas tão-somente para abocanhar parte da CS. Vale também registrar que o projeto de Reforma Sindical em discussão tem por objetivo reforçar as centrais sindicais e enfraquecer os sindicatos independentes, como o Sinal, e essa cobrança também vem nesse sentido.

A suspensão do desconto da CS pelo MPOG é precária e, pelas decisões recentes do Judiciário, não há muito o que se esperar. Portanto, a saída é política, porque política foi a decisão do MTE de descontar a CS. Temos uma árdua luta pela frente: é urgente a revogação da IN nº 1; a médio prazo, temos de buscar no Congresso Nacional a supressão dos dispositivos da CLT que permitem essa cobrança esdrúxula e, finalmente, discutir e aprovar no Congresso uma lei regulando e garantindo os direitos de greve e de negociação no setor público.

A estratégia para se conseguir isso é a mesma que adotamos na luta pela remuneração por subsídio e para convencer o governo a cumprir seus compromissos, que incluem o reajuste de julho:

1. Mobilizar a categoria e trazê-la para o nosso lado.

2. Articular-nos com as demais organizações representativas de servidores públicos que também repudiam a CS.

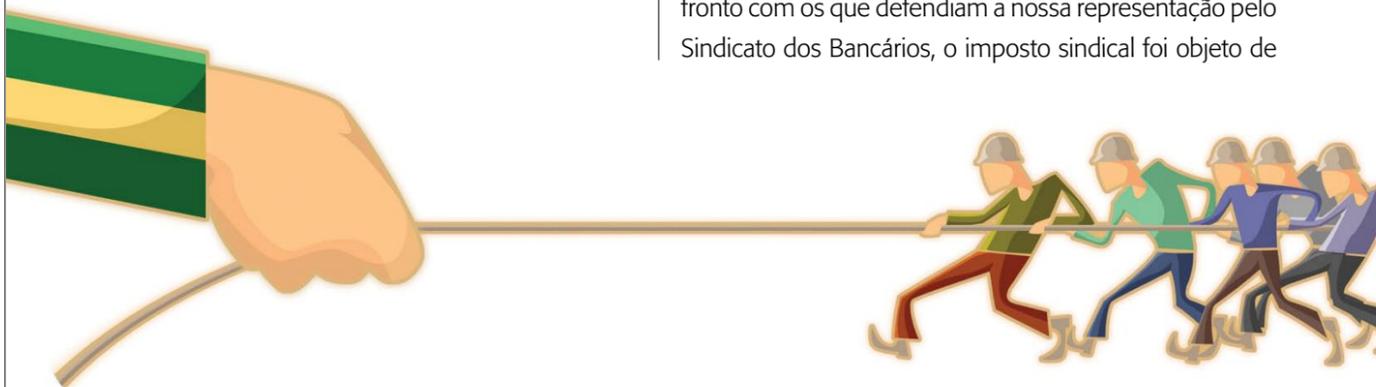
3. Comprometer os dirigentes dos órgãos aos quais as entidades sindicais estão vinculadas.

4. Abrir uma ampla frente de apoio parlamentar contra a CS.

Como nas outras empreitadas, sabemos que o segredo da vitória não está no voluntarismo nem em ações heroicas, mas sim na capacidade de percebermos a extensão da ameaça, reunir forças com parceiros confiáveis e comprometidos com os nossos objetivos e partir para a luta.

S

* Presidente do Sinal



Remédio contra a corrupção

PARA O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CGU, ORGANIZAÇÃO DOS SERVIDORES EM CARREIRAS ESTÁVEIS E BEM REMUNERADAS É O ANTÍDOTO CONTRA PRÁTICAS ILÍCITAS

ROSANE DE SOUZA

Os historiadores, em geral, se debruçam sobre fatos do passado. Mas a corrupção *a la* brasileira tem obrigado muitos deles a estudar o fenômeno atual do assalto aos cofres públicos e do uso de cargos para a obtenção de ganhos pessoais. Na edição de março da Revista de História da Biblioteca Nacional, alguns historiadores tentam desvendar os mistérios do surgimen-

to da cultura da infração no país, do desvio de conduta e da apropriação do dinheiro público. O professor Ronaldo Vainfas, titular de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), mostra que a prática do furto é antiga no Brasil e está descrita no livro "A Arte de Furtar", de 1652, de autoria anônima, mas atribuída, em princípio, ao padre Antônio Vieira. Através do

livro, constata-se que no Brasil colônia os desvios não só eram aceitos, como também faziam parte da norma.

A Controladoria-Geral da União (CGU) não compartilha com a tese de que a compulsão ao vício da desonestidade está inscrita no DNA ou na história congênita dos brasileiros e, por isso, espera começar a implantar aos poucos nos ministérios e órgãos públicos federais, a partir do fim de 2009, uma metodologia, elaborada por seus

técnicos em parceria com a organização Transparência Brasil, de mapeamento, controle e erradicação da corrupção, pelo menos, entre os servidores.

De acordo com o secretário-executivo da CGU, Luiz Navarro, a metodologia, já utilizada nos ministérios da Cultura e dos Transportes, vai ser aperfeiçoada. "Estamos corrigindo algumas coisas e acrescentando outras. No momento, a CGU está fazendo licitação para contratar a consultoria que vai realizar o trabalho", revelou Navarro, afirmando que, por enquanto, o mapeamento abrange apenas o setor de compras. "Na segunda etapa, vamos discutir como evitar a corrupção em todo o setor público."

No mês de março, a CGU divulgou um balanço nada alentador das práticas ilícitas cometidas pelo funcionalismo, nos últimos cinco anos. Nesse período, o governo federal expulsou 1.969 servidores, demitiu 1.705, destituiu

143 em cargos de comissões e cassou 121 aposentadorias. Só no ano passado, 347 servidores foram expulsos, 284 demitidos, 35 exonerados e 28 tiveram suas aposentadorias cassadas. O principal motivo das punições foi o uso do cargo para

Sete princípios que fecham a usina de corrupção

- q** Dificultar a nomeação de pessoas para cargos de confiança. Hoje, ela é garantida pela Constituição;
- w** Transparência nos contratos e licitações;
- e** Instalação de mecanismos de prevenção, levantamento, controle e gerenciamento de riscos;
- r** Criação de mensuração por mérito;
- t** Ascensão só por carreira e por concurso;
- y** Implantação da carreira de gestor;
- u** Organização dos servidores em carreiras estáveis e bem remuneradas.

Fonte: Transparência Brasil

obtenção de vantagens pessoais (984 casos desde 2003), improbidade administrativa (580), abandono de trabalho (293), recebimento de propina (184) e lesão aos cofres públicos (159).

O ex-parlamentar e atual presidente do PDT em Belo Horizonte (MG), Sérgio Miranda, que sempre esteve à frente da defesa dos servidores públicos, lamenta a divulgação de números tão desabonadores sobre o funcionalismo, em meio à reviravolta na economia brasileira. Ele avalia que a crise econômica é muito mais grave do que se divulga, com reflexos imediatos no crédito e no comércio do país, obrigando o governo a cortar custos "na carne".

Diante disso, Miranda teme que o funcionalismo pague a conta da recessão. "A disputa acirrada pelo dinheiro público já começou e, em consequência, as pressões para a redução do gasto de custeio. A divulgação desses números é muito ruim, porque, com a proximidade

de um novo corte orçamentário, alguns setores vão procurar criar um clima de desgaste de todo o funcionalismo, quando se sabe que em determinadas carreiras, essencialmente estratégicas e bem remuneradas, o risco de corrupção é mínimo", adverte.

Para o presidente regional do PDT, o estudo da CGU mostra que, ao contrário do que vem fazendo o governo desde 1992, é necessário preservar algumas carreiras da indicação política, o que possibilita um serviço público de qualidade, imune à corrupção. Luiz Navarro tem o mesmo ponto de vista. Ele considera que a organização de carreiras, com servidores estáveis e bem pagos, reduz muito os riscos. "Todas as políticas anticorrupção, no mundo inteiro, preconizam isso", afirma, lembrando que o servidor público perde todos os direitos, ao ser demitido. "Quem não é do serviço público tem muito menos a perder."



O diretor-executivo da Transparência Brasil, Claudio Abramo, assinala que um dos nós a se desfazer no intrincado jogo da corrupção é o da inexistência da carreira de gestor na administração federal e a ausência de uma mensuração de mérito. “Não há mecanismos de ascensão profissional, de comprometimento com a profissão. Mesmo os concursados, precisam de padrinhos para serem nomeados em cargos de gestão. Ninguém sobe se não se acertar com alguém. E o mundo político chegou a tal ponto de delinquência que, para eles, não vale mais o princípio jurídico de que todos são inocentes até prova em contrário. No Brasil, vale o princípio de que todo político é ladrão até que se prove o contrário”, enfatiza.

Na avaliação do secretário-geral da CGU, as áreas do serviço público mais vulneráveis à cultura da infração, peculato e troca de favores são as que trabalham diretamente com a iniciativa privada e que movimentam recursos vultosos, por exemplo, as agências reguladoras, os órgãos de fiscalização da Receita Federal, do Ministério do Trabalho e de Agropecuária.

BC, o outro lado da moeda

No meio da lamentável estatística de servidores flagrados em atos ilícitos, os funcionários do Banco Central se destacam no trato da administração pública, por ter baixos índices de penalidades por má conduta aplicadas a seus servidores.

Em 2008, de acordo com informações da Corregedoria-Geral do BC, foram registradas 27 comunicações de

VI FÓRUM GLOBAL

Esforço conjunto

Estudiosos e pesquisadores da corrupção, no Brasil e no exterior, reuniram-se no dia 16 de março, em Brasília, com o objetivo de discutir e formular metodologias mais efetivas e adequadas para medir a corrupção. As conclusões da II Oficina Internacional de Mensuração do Fenômeno da Corrupção, promovida pela Controladoria-Geral da União (CGU), com apoio do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) e da Embaixada do Reino Unido no Brasil, vão servir de base para a discussão do assunto no VI Fórum Global Contra a Corrupção, programado para novembro próximo, em Doha, no Qatar.

Ao abrir a oficina, o ministro-chefe da CGU, Jorge Hage, disse que os índices obtidos pelos velhos métodos de percepção continuam a ser divulgados a cada ano, contribuindo para consolidar imagens muito questionáveis sobre a realidade dos países e os avanços verificados no mundo. “É como se a realidade da luta contra a corrupção, que se intensificou nos últimos anos em diversos países, não tivesse acontecido”, criticou, sustentando que a divulgação de alguns desses índices tem um “efeito colateral danoso e perverso” e desencoraja o próprio combate à corrupção.

Segundo Hage, os governos se sentem temerosos de se engajar nesse combate, porque, ao investigar mais e trazer à tona os casos de corrupção que antes permaneciam numa certa penumbra, chama a atenção da sociedade para o problema e cria, num primeiro instante, a noção de que a corrupção está aumentando naquele país, naquele momento. “A opção é a de não mexer no assunto, pois o preço político do desgaste de imagem pode ser muito alto”, analisou. “Nós passamos por isso no Brasil. Vimos nosso país cair em rankings baseados em percepção, justamente à medida que se intensificava aqui o combate à corrupção, com a exposição pública, nos jornais e na TV, do aumento do número de prisões, pela Polícia Federal, de integrantes de quadrilhas, como as máfias das ambulâncias e dos vampiros.”

O professor norte-americano Nikos Passas defendeu a medição da corrupção com base em informações que levem em conta a realidade de cada país. Nikos trabalha na formatação de um novo método que considera medidas adotadas por país, individualmente, no combate à corrupção, leva em conta diferenças regionais internas e permite comparações com outros países.

Além da CGU, do UNODC e da Embaixada do Reino Unido no Brasil, participaram do evento representantes da Universidade Católica de Brasília; Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Fundação Getúlio Vargas; Universidade Federal de Santa Catarina; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Centro Universitário de Brasília; Universidade Federal de Minas Gerais; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; Estratégia Pública Pesquisa e Consultoria; e Universidade Federal de São Carlos.

supostas irregularidades cometidas por servidores, das quais nove resultaram em procedimentos disciplinares. No mesmo ano, cinco servidores sofreram advertências, um funcionário foi suspenso e outro demitido, em decorrência de processo instaurado em 2007.

David Falcão, presidente do Sinal-Nacional, destaca que as ocorrências no BC são baixíssimas, se comparadas a órgãos recentemente em evidência, e estão longe dos grandes escândalos. “Em algumas, e poucas, ocasiões, o Sinal foi chamado para acompanhar processos, com o objetivo de garantir o amplo direito de defesa das acusações e dar apoio jurídico”, revelou. Segundo David, em todos esses episódios – ocorridos em Recife, Fortaleza e Belém, os desfechos foram satisfatórios.

“Eu diria que devemos nos orgulhar de fazer parte do quadro de funcionários do BC. Além de estarmos acima da média em termos de qualificação técnica, somos referência moral e ética no trato do dinheiro público.”

Para o secretário-executivo do Sinal-RS, Gustavo Diefenthaler, o saudável no BC é o fato de só haver indicações para a diretoria do Banco e, mesmo assim, muitos diretores são funcionários de carreira. “Os servidores do BC têm orgulho de trabalhar na instituição. Eles já foram muito mais valorizados, mas ainda são reconhecidos, principalmente agora que fazem parte das Carreiras Típicas de Estado. Eles não querem colocar em risco a estabilidade, a posição e o salário que recebem”, ressalta. Gustavo lembra que o trabalho de fiscalização nas ins-

tuições financeiras é feito sempre em grupo, para evitar as denúncias vazias. “A Lei do Sigilo Bancário é muito dura. É fácil ser punido”, adverte.

Já Luiz Navarro está convicto de que a organização dos servidores em carreiras estáveis e bem remuneradas é o antídoto contra práticas ilícitas, corroborando com a tese de que o clientelismo, a ingerência política, a terceirização e a falta de concurso são os ingredientes da receita de fabricação de corruptos no serviço público. Além disso, a implantação de corregedorias nos órgãos, decidida no Decreto 5.480, de 2005, ajudou a moralizar o setor. “A Corregedoria-Geral do BC trabalha bem, investigando qualquer indício de prática ilícita”, destaca Gustavo Diefenthaler. **S**

PEQUENOS DANOS

Economia de tempo e dinheiro

Cerca de 80 representantes de ministérios, responsáveis pela administração logística, financeira e disciplinar das pastas reuniram-se na sede da Controladoria-Geral da União (CGU), em Brasília, para conhecer uma nova norma que permite simplificar a apuração dos casos de pequenos danos ou extravios em repartições públicas, a Instrução Normativa nº 04, baixada em fevereiro deste ano. A medida é alternativa às custosas e demoradas sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

A norma permite desburocratizar e economizar tempo e dinheiro, além da própria solução do problema, em casos em que ficar caracterizada a culpa e que envolvam valores até R\$ 8 mil. O Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), que garantirá agilidade e simplificação em

relação ao Processo Administrativo Disciplinar (PAD), já pode ser utilizado e prevê que o servidor envolvido se decida pelo ressarcimento do dano ou extravio, abrindo a possibilidade de rápido arquivamento do processo.

Nas sindicâncias, atuam pelo menos dois servidores e a maioria dos processos não é concluída antes de seis meses, e estima-se em R\$ 72 mil o gasto mínimo com um PAD. “Avaliação preliminar indica que, em determinados órgãos públicos, 80% dos processos em trâmite poderão ser substituídos por TCA”, explicou o corregedor-adjunto da Área Econômica da CGU, Carlos Higinio Ribeiro de Alencar. Segundo o secretário-executivo da CGU, Luiz Navarro, “pequenos incidentes, situações ou fatos geram ônus elevados para o gestor e custos para a administração pública desproporcionais ao valor envolvido”.

Tiro no BC, o coração da ditadura

20 ANOS DEPOIS, PRIMEIRO PRESIDENTE DO SINAL CONSIDERA QUE A CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE INDEPENDENTE, EM PLENO REGIME MILITAR, “EMBUTIU EM SI MESMA A LUTA IDEOLÓGICA CONTRA O PODER”

Poucos sabem, mas uma das propostas do Manifesto Comunista, escrito no século XIX por Marx e Engels, era a criação de um banco central planetário, órgão que, na opinião de Lênin, representava 90% da “comunização” de qualquer país. “Quem controla o banco central controla o país”, dizia o chefe da Revolução Russa de 1917. Talvez isso explique em parte a luta acirrada do Sindicato dos Bancários, nos anos 1970 e 1980, para impedir que os servidores do BC criassem a sua própria entidade. “O BC era o coração da ditadura. Portanto, a criação do Sinal embutiu em si mesma a luta ideológica contra o poder”, analisa Paulo Eduardo de Freitas, o primeiro presidente nacional da entidade, hoje aposentado e morando em Brasília.

Nada mais lógico também que São Paulo, estado que exibe os maiores índices estatísticos do país – o mais populoso, com 40 milhões de habitantes; o mais rico: responde por mais de 33% do Produto Interno Bruto; e o de população mais diversificada –, vivenciasse os grandes embates com os adversários da proposta de fundação de um sindicato independente de servidores do BC. “Aqui, nos digladiamos para fazer valer a nossa posição. Lembro-me de uma reunião, na sede da entidade dos bancários, em que se tentava votar, à revelia da categoria, a representação sindical dos funcionários do BC, onde luzes foram apagadas e quase se chegou às vias de fato. Eles eram bem articulados

e não queriam perder a chance de nos incluir em seus quadros”, conta Paulo Lino, conselheiro do braço paulista do Sinal.

Na opinião de Paulo Eduardo, a história da fundação comprova a singularidade do Sinal: seus fundadores não só se confrontaram com o que havia de mais poderoso na ditadura militar, como também com outras entidades. “Fomos o único sindicato a brigar com os patrões e com outra entidade. Até parte da Central Única nos combateu. Por isso, o Sinal é especial.” O ex-presidente da entidade lembra ainda que durante uma época o movimento dos funcionários se dividiu. “Muitos acreditavam que a Associação dos Funcionários do Banco Central (AFBC) iria se constituir como força auxiliar



A luta dos servidores do BC mereceu capa da revista “IstoÉ” e destaque no jornalzinho “O Ovo”, criado por eles para divulgar o movimento

do Banco. Muitos também eram pró-bancários. Outros, um grupo menor de São Paulo, não queriam nem ser força auxiliar do BC nem dos bancários. Estes venceram a luta pela entidade própria, que se constituiu na adversidade e sobreviveu”, lembra.

Paulo Eduardo assinala que, por conta dessa diferença, os defensores de fundação do Sinal ficaram isolados certo tempo. “Mas, num período muito curto, de dois anos – de 1986 a 1988 –, revertemos oito anos de convencimento diário de que deveríamos permanecer bancários.” Segundo ele, a Associação foi criada com cinco princípios bem nítidos: independência política; democracia;

organização dos funcionários; conscientização; mobilização.

Evaldo Corrêa Porto, outra testemunha desse período, recorda com clareza as divergências internas entre os funcionários do BC, que se dividiam, segundo ele, em dois grupos: os de “vanguarda” e os “civis”. Os dois tinham um único objetivo comum: a organização dos servidores, mas as propostas os separavam. “O pessoal de vanguarda não empolgava muito, porque todos enxergavam nas entrelinhas das posições a luta disfarçada contra a ditadura. Já os civis reuniam os cidadãos comuns, aqueles que se organizavam com fins bem específicos, como a luta por melhores

salários”, afirma.

Para Evaldo, dois fatores foram decisivos para reunir grupos tão diferentes: o reajuste aquém das expectativas do Plano Cruzado, editado pelo governo de José Sarney, em 1986, e a decisão do BC, em setembro do mesmo ano, de obrigar todos os funcionários a trabalhar o mesmo número de horas e com o mesmo salário. “Esses fatos determinaram a insurreição do pessoal de São Paulo”, conta.

Novos rumos

Jorge Nelson, que hoje trabalha na área de Atendimento do Banco, reforça a tese do colega, ao dizer que, desde 1978, alguns grupos tentavam



organizar os servidores. “Em 1978, começamos a discutir uma forma concreta de organizar os funcionários, o que redundou na edição do jornal ‘O Ovo’”, conta.

Paulo Eduardo concorda que nada foi espontâneo, tudo foi planejado. “A criação da AFBC começou a ser delineada em 1978, por acreditarmos que, a partir daquele ano, por estar mais enfraquecida, a ditadura não tinha mais como reprimir os movimentos sociais.”

Jorge Nelson recorda que, na década de 1980, o BC até chegou a estimular a criação de uma associação dos funcionários, para não perder o controle do movimento, mas a AFBC já tomava o rumo sindical e, portanto, era incontornável. “O Sinal foi a resposta imediata dos funcionários, tão logo foi promulgada a Constituição Federal de 1988 e a sindicalização dos servidores públicos permitida. E, diferentemente de outros sindicatos, não nasceu apenas para defender os funcionários, mas também para representar a sociedade nas questões institucionais, uma espécie de OAB do BC. Com a mudança no país, o Sinal também mudou. Tornou-se mais corporativo”, diz. Já Evaldo Porto enfatiza que a diretoria do Banco pretendia criar, através da Associação, uma espécie de Academia Brasileira de Letras do BC. “Mas nós jogamos os estatutos que eles elaboraram no lixo, criamos outro, já plantando as bases do sindicato, com a perspectiva muito

Um sonho foi possível

Quando o Sinal comemorou seus 20 anos, sem dúvida, um filme rolou pelas cabeças de todos aqueles que vivenciaram sua fundação, e certamente muitas dessas pessoas deixaram suas lembranças retornarem dez anos antes.

Na verdade, o Sinal tem pelo menos 30 anos, pois foi por volta de 1978 que suas sementes começaram a ser plantadas no seio do Banco Central.

O Sinal não tem dono, tampouco fundador ou estado de origem. O Sinal é fruto da ambição de liberdade que, à época, embora tolhida havia quase 15 anos, persistia no coração de cada um daqueles que vislumbravam a possibilidade de dias melhores e se dispunham a lutar por esse outro momento.

A história do Sinal pode ser contada pela ótica de cada um desses sonhadores, que, independentemente de suas peculiaridades regionais, partidárias ou sociais, se uniam em torno de um ideal, conquistado a duras penas e até por isso com muita festa, longe de ser perfeito, longe de ser produto acabado, mas um filho a ser cuidado, educado e desenvolvido.

A todos que fizeram parte dessa história deixo minha reverência e meus agradecimentos, e, intimamente, regozijo-me com a pequena porção dela com que, com muito orgulho, pude colaborar.

Paulo Lino

Conselheiro do Sinal-SP

clara de que não poderia ser uma entidade tradicional. Tinha de ir além: um sindicato, porque representante de servidores de um órgão público, que não se limitasse às causas salariais, mas que também atentasse para as questões institucionais e para a defesa dos interesses da sociedade.”

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Paulo Eduardo defende a tese de que, hoje, o Sinal está em outra encruzilhada e precisa fixar

seu rumo, escolhendo entre voltar a ser um sindicato de mobilização ou lobista. “O debate sobre a construção política da entidade ficou diluído nos últimos 20 anos. Mas estes são os desafios hoje: reorganizar a forma de enfrentamento pela greve de pessoas e de sistemas (perspectiva nova e relevante), buscar a integração com outras entidades e travar um debate sobre o futuro da entidade, com o objetivo de fazer com que a política volte a predominar sobre a economia. 

Centrus muda estrutura e economiza mais

A Centrus redefiniu sua estrutura organizacional, extinguindo gerências e setores administrativos, com vistas a adaptar o organograma da Fundação às novas necessidades do serviço e complementando as medidas de economia já iniciadas pela Diretoria-executiva.

Três fatores foram determinantes na decisão: a redução natural do número de assistidos, com diminuição das demandas; a imposição de corte de despesas administrativas; e, por fim, os efeitos da crise financeira no resultado da Centrus.

O diretor-presidente, Helio Brasileiro, disse que “esses fatos motivaram a adoção de medidas para a redução dos gastos administrativos, trazendo-os a um patamar compatível com a nova realidade da Fundação e o cenário econômico atual”. A reestruturação possibilitará à Centrus economizar anualmente quase R\$ 1 milhão. Algumas rotinas deixaram de ser realizadas ou passaram por simplificação.

Na Diretoria de Aplicações (Dirap), os certificados de depósito bancário e as debêntures não são mais elegíveis como ativos para investimentos. Na Diretoria de Benefícios (Diben), a carteira de financiamentos imobiliários foi reestruturada, sem novas operações, além das já firmadas. Na Diretoria de Controle, Logística e Informação (Diac), boa parte dos imóveis foi vendida, e a demanda por softwares será reduzida em breve.

“Adicionalmente, o treinamento de funcionários e o desenvolvimento ou a aquisição de sistemas de computadores aumentaram a eficiência do pessoal da Fundação”, disse o diretor-presidente.

Sem contratações

Estão sendo extintas quatro gerências e dois setores, além de uma gerência temporária na área de Informática, com transferência dos serviços para outros componentes. Na Presidência, o secretário-executivo do Conselho Deliberativo, que também coordena a área de Comunicação, assumirá os encargos da Gerência Especial de Atendimento ao Participante (Geate) e da Ouvidoria, sem prejuízo do atendimento aos parti-

cipantes. Na Diben, as funções do Setor de Controle e Conciliação Contábil foram repassadas aos outros setores da Gerência de Operações com os Participantes, da Gerência de Benefícios e da Contabilidade.

Na Dirap, a Gerência de Análise Técnica assumiu as tarefas da Gerência de Análise de Investimento e Risco. A Diaco extinguiu duas gerências e um setor. A Gerência de Informática deixou de existir e passou a ter as atividades do Setor de Desenvolvimento subordinadas ao diretor, e o Setor de Suporte Operacional foi transferido para a Gerência de Logística. A Gerência de Contabilidade foi fundida à Gerência de Controle Financeiro e Orçamentário, e o Setor de Materiais e Compras foi absorvido pelo Setor de Administração de Contratos Imobiliários.

Em todos os casos estão sendo feitos os remanejamentos de pessoal indispensáveis à continuidade dos serviços e em substituição de empregados que se aposentaram ou se desligaram. A contratação de pessoal continua suspensa.

Eleições para três conselheiros

Três conselheiros da Centrus – dois deliberativos e um fiscal – serão eleitos este ano, para substituir os titulares cujos mandatos de dois anos terminam em 15/10/2009. No Conselho Deliberativo, encerra-se o período dos conselheiros Fernando de Oliveira Ribeiro e Paulo de Tarso Galarça Calovi, e no Conselho Fiscal, o do conselheiro José Ribamar Santos Barros. Os novos eleitos terão mandatos de quatro anos.

A Centrus já nomeou a Comissão Eleitoral – Wagner de Lima Oliveira, Herley José de Almeida e Simone Jamal Gotti –, que apresentou na reunião ordinária de março, ao Conselho Deliberativo, a proposta de Regulamento e do Edital de Convocação das Eleições 2009, contendo todos os procedimentos, as formas de votação e o calendário do processo eleitoral.

A Comissão Eleitoral tem a missão de organizar a eleição, mobilizar os eleitores e dar condições para a divulgação da proposta de cada candidato, de maneira a possibilitar a melhor escolha.

Companheiro José Carlos... presente!

O companheirismo e a identidade entre os colegas foram os sentimentos que mais marcaram a trajetória militante do economista José Carlos da Costa, ex-presidente do Sinal–Nacional e ex-conselheiro da Centrus, fundação de previdência privada dos servidores do Banco Central. As duas palavras são tão fortes, que passaram a assumir, no seu dicionário particular, significados que extrapolam os limites definidos pela língua portuguesa – “sensação de jamais ter estado sozinho na luta” ou de “percepção de uma grande afinidade entre colegas de trabalho” – e que, juntas, foram capazes de pavimentar o caminho de uma luta sindical sem contestação ou ameaças de grandes divergências.

A lembrança muito vívida dessa sintonia entre os diretores do Sinal e demais servidores do BC faz com que José Carlos estranhe as contestações públicas a ações dos sindicalistas e os equívocos entre a intenção dos dirigentes e a compreensão pela base da categoria. Esses fatos, em sua opinião, teriam impedido, no passado, a construção do Sinal. “O sindicato é o espelho da categoria. Nas décadas de 1970 e 1980, éramos muito combativos e muito próximos, o que foi fundamental para a criação do sindicato. Sem isso, seria impossível lutar por ele, numa época de muita repressão, em que as portas do Banco estavam fechadas para nós, e na qual todos tinham muito a perder”, enfatiza.

Aposentado, viúvo e pai de duas mulheres, José Carlos considera até



mesmo irônico o questionamento de alguns à participação da direção do Sinal em eventos da importância do Fórum Social Mundial. “Nós só

recebemos elogios e incentivos quando fomos ao primeiro”, assinala. Segundo ele, a categoria que ajudou a dirigir tinha consciência de que o

Sinal nasceu para ser a representação política dos funcionários, mas também para moldar um BC mais de acordo com os interesses do país e da sua população. “Essa preocupação com o papel institucional do Banco nos distinguiu”, ressalta.

Ventos da liberdade

Aos 57 anos, o economista, que também estudou História na Universidade de São Paulo (USP), relembra que na década de 1970, período em que o Brasil mergulhou numa ditadura militar, os estatutos do BC proibiam a sindicalização dos servidores, sendo seus diretores muito rigorosos com a observação das normas. “Mesmo assim, a gente tomou algumas iniciativas clandestinas, a partir de 1978. Dez anos depois, pude viver como protagonista da criação do Sinal. Minha assinatura de filiação tem a mesma data de fundação do Sindicato: 28 de outubro de 1988”, destaca, com orgulho.

Servidor do BC desde 1976, José Carlos Costa começou a vivenciar a trajetória que o levaria a se tornar personagem central da história de criação do sindicato livre desses servidores quando os ventos passaram a soprar na direção contrária à desejada pelos militares. Depois de violentamente reprimido, naquele ano, o movimento estudantil começou a ressurgir. Os ecos da luta repercutiram fortemente dentro do Banco Central, talvez porque seus

funcionários, todos concursados, fossem em grande parte oriundos dos bancos das universidades e muitos já se conheciam, pelo menos em São Paulo, dos corredores da USP.

Da mesma forma que os estudantes, os novos servidores do BC começaram a tatear algumas formas de organização, mesmo sabendo que, se descobertos, seriam perseguidos e demitidos. Em 1978, eles tentaram abrir algumas dessas portas, mesmo que de maneira clandestina, na busca de escrever os próprios boletins e caminhar com autonomia. “Hoje, o pessoal tem apoio institucional do Banco. No passado, não caía bem aos ouvidos da direção saber que seus funcionários estavam se organizando”, diz José Carlos, atualmente tocando seus próprios projetos.

Boicote vitorioso

Na tentativa de se antecipar aos funcionários, a direção do BC tentou emplacar uma associação com estatuto pré-moldado, limites bem definidos e campanha institucional. “Não deu certo. Nós fizemos um boicote muito bem-sucedido. Alertamos os servidores para não caírem na isca, explicamos que, naquela entidade, jamais poderiam se manifestar livremente, e muito menos denunciar condições de trabalho consideradas ruins ou inadequadas”, revela José Carlos, que presidiu o Sinal de 1993 a 1995.

A partir daí, os servidores desco-

briram a senha para a construção de sua própria identidade. “Começamos a fomentar a ideia de uma associação desvinculada do BC e com estatutos elaborados por nós mesmos. Desse jeito, nasceu a AFBC”, afirma o ex-dirigente. Se, na época, sobrava entusiasmo, faltavam os meios eletrônicos importantes para uma boa interlocução com as pessoas. José Carlos conta que, mesmo na década de 1990, a diretoria do Sinal de São Paulo só tinha à sua disposição um aparelho de telefone e um computador sem editor de texto. “Não tínhamos sequer um aparelho de fax. As dificuldades materiais, porém, ficaram pequenas diante da mobilização para a conquista de algumas vitórias importantes, como a de pagamento das perdas com o Plano Bresser, decretado no país após o fracasso do Plano Cruzado de 1987.”

Outro aprendizado importante foi o de negociação, que, inicialmente, não era feita com ministros ou secretários de Administração, mas com a própria diretoria do Banco. Muitos desses diretores eram funcionários de carreira do BC, que assumiam o papel difícil de negar benefícios a eles próprios, já que, se concedidos, também os beneficiariam depois. “Era um paradoxo fazer essa interlocução com nossos colegas. O BC precisou até mesmo treinar alguns quadros, especificamente, para lidar com as mesas de negociação, porque dávamos sempre de goleada”, ressalta. 

ABRAPP

Em nome do profissionalismo e da ética

Os fundos de pensão brasileiros reúnem hoje mais de 8 milhões de participantes diretos e indiretos e já pagam regularmente todos os meses aposentadorias e pensões a cerca de 700 mil brasileiros, fruto de um inequívoco equilíbrio atuarial e de resultados altamente positivos no longo prazo. A propósito, acumularam desde 1995 até o fim do ano passado uma rentabilidade de 1.063%, praticamente o dobro da necessidade atuarial exigida de 543% nesses mesmos 13 anos marcados por inúmeras crises no mundo.

Malgrado a crise, os fundos de pensão brasileiros encerraram o ano passado conservando ainda um superávit superior a R\$ 30 bilhões, resultado da qualidade dos ativos presentes nas carteiras administradas de maneira conservadora e sob os mais rígidos controles. Mesmo a pequena involução patrimonial, ocorrida no segundo semestre de 2008, não pode ser tida como uma perda irreversível, até porque os fundos de pensão estão posicionados na renda variável em ações de empresas que estão entre as estrelas do universo empresarial brasileiro.

Os dirigentes de fundos orgulham-se há muito de atuar com o maior profissionalismo, seguindo regras de gestão que não são diferentes das adotadas pelos mais elogiados grupos empresariais, a enorme maioria dos quais são patrocinadores de seus planos previdenciários, na busca da melhor rentabilidade para um patrimônio que pertence a milhões de trabalhadores.

De fato, os fundos administram recursos pertencentes aos trabalhadores, que acompanham de perto a gestão dos investimentos, até mesmo indicando os presidentes dos conselhos

fiscais de suas entidades, além de elegerem os seus representantes nos conselhos deliberativos e nas diretorias. Na condição de gestores do dinheiro de terceiros, são tão cobrados e fiscalizados quanto qualquer instituição financeira, mesmo sendo entidades de natureza previdenciária. É rigorosa a fiscalização exercida sobre os fundos pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e indiretamente por outros órgãos do governo e não só pelos tribunais de contas, porque seria um contrassenso, por não serem as nossas associadas entes públicos.

Estamos diante de um dos setores da vida brasileira que mais vem dando provas de profissionalismo, ética e capacidade técnica. Construiu-se em torno da Previdência Complementar um novo pano de fundo legal e normativo. Leis e regulamentos que, pode-se dizer, deram ao Brasil uma das legislações mais avançadas do mundo no campo da poupança previdenciária, que, por conta disso e contando com regras estáveis, já retoma o seu crescimento.

Práticas envolvendo o melhor da governança corporativa, ao lado de controles internos muito mais apurados, em linha com os praticados nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), estão presentes hoje em todas as atividades desenvolvidas nos fundos e, particularmente, entre as equipes que cuidam dos ativos garantidores dos benefícios futuros. As deliberações e responsabilidades são compartilhadas. E os conselhos fiscais são responsáveis também pelos controles internos. Enfim, uma segurança para os futuros aposentados e um exemplo para o país.

>> Acesse o blog do Sinal e participe das discussões, enviando seus comentários



Atenção: este blog institucional foi disponibilizado para permitir maior interação entre a categoria, seus anseios e seus representantes. O Blog está aberto à participação de todos e os comentários aqui postados serão liberados após análise da equipe que mantém esta ferramenta. Por ocasião da primeira postagem, o autor será consultado para confirmar a autoria; desta forma, somente serão liberados os comentários que contiverem e-mails válidos.



CRISE MUNDIAL

Novas regras para 'enquadrar' o sistema financeiro

FUNCIONALISMO PÚBLICO

Remédio contra a corrupção

ENTREVISTA ARMÍNIO FRAGA

"Estamos caminhando para mais regulação"



